

Working Paper CEsA CSG 155 / 2017

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS GUINÉ – BISSAU 2014- 2016

Carlos SANGREMAN

Resumo

Este *Working Paper* é resultante do Relatório sobre os Direitos Humanos Económicos e Sociais na Guiné-Bissau, editado em livro pela Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, pela Associação para a Cooperação entre Povos (ACEP) e pelo Centro de Estudos sobre África, Ásia e do Desenvolvimento (CESA) com financiamento da União Europeia e da Cooperação Portuguesa, que compila o terceiro e último ano do projeto Observatório dos Direitos. Este projecto analisou os dados recolhidos, no período de 2014 a 2016, nas regiões de Bissau (com exceção de Bolama/Bijagós), em função dos indicadores: Educação; Saúde; Habitação, água, energia e saneamento; Justiça e Meios de Subsistência.

Palavras-Chave Direitos Humanos, Guiné-Bissau, Desenvolvimento, Estatística

WORKING PAPER

/ DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O **CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina** é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O **CEsA** está atualmente integrado no **CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão**, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolseiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

O AUTOR

Carlos SANGREMAN

Professor reformado da Universidade de Aveiro e ISEG da Universidade de Lisboa Doutorado em Estudos Africanos em Ciências Sociais, no ISCTE, técnico superior no INE, consultor internacional desde 1985 até ao presente, com missões em todos os PALOP e Timor Leste para Organizações Internacionais como o Banco Mundial, PNUD, OIM e União Europeia e países como Portugal, Suécia, Cabo Verde e Guiné Bissau. Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Investigador e atual vice-presidente no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA), unidade de investigação que integra o consórcio CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão na Universidade de Lisboa.

Agradecimentos

O autor quer agradecer antes de mais a todos os inquiridores, aos técnicos e ao presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) o empenho demonstrado em obter os dados que permitiram elaborar este relatório de estudo. Um agradecimento é devido também às organizações que são parceiras no Projeto da Casa dos Direitos, a ACEP e a própria LGDH em geral, que criaram as condições para tal execução bem como a União Europeia e a Cooperação Portuguesa que financiaram. Queria ainda referir as autoridades guineenses a vários níveis de hierarquia que colaboraram na recolha de dados com uma atitude muito positiva independentemente das variações no clima de esperança que encontramos no país durante estes três anos de contactos.

NOTAS PRÉVIAS

(1)

Este *Working Paper* é resultante do Relatório sobre os Direitos Humanos Económicos e Sociais na Guiné-Bissau, editado em livro pela Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, pela Associação para a Cooperação entre Povos (ACEP) e pelo Centro de Estudos sobre África, Ásia e do Desenvolvimento (CESA) com financiamento da União Europeia e da Cooperação portuguesa. Os DH que se podem analisar a partir dos indicadores e das informações recolhidas e tratadas sobre alguns aspetos da educação, saúde, habitação, água, energia, saneamento, justiça e meios de subsistência (alimentação). Não se podem tirar destes indicadores análises sobre aspetos que não estão incluídos no seu cálculo. Por exemplo as taxas de abandono no ensino nas classes 1^a-6^a básico podem não ter nada a ver com as mesmas taxas nas classes 7^a-9^a. Mas os indicadores destas últimas só foram recolhidos em 2016 e com uma metodologia sem significado estatístico. Logo nada se sabe em 2014 e 2015 sobre essas classes. Outro exemplo são os dados sobre género que não existem neste estudo. O que foi recolhido são informações sobre homens e mulheres em áreas como a justiça e a educação mas não há indicadores sobre violência doméstica, casamento forçado, tráfico humano, práticas danosas, presença de mulheres na direção de empresas, nos órgãos de decisão política e social, etc.. Nestes três anos o que se recolheu é o que se encontra nas páginas seguintes e ninguém pode querer saber aquilo que não inquiriu.

(2)

As Partes I e II partem do texto do relatório do primeiro ano de recolhas de dados (editado em Sangreman, 2015), atualizam, quando necessário, e introduzem a evolução verificada neste segundo ano de recolhas, seja em termos de conceção de um subsistema estatístico, seja de indicadores de novas áreas dos Direitos Humanos. Apesar de serem, em boa parte, uma repetição desse primeiro relatório, optou-se por editar todo o texto de modo a facilitar a leitura de quem não dispõe do texto anterior. Procurou-se também incluir quadros com dados de 2014, 2015 e 2016 ao nível das regiões de forma a facilitar uma análise dinâmica, conjunta dos anos recolhidos. Variou a dimensão da amostra, tornando-se estatisticamente significativa em 2015 e 2016, mas, apesar dos anos mais fiáveis para comparações serem estes dois últimos, a metodologia foi sempre pensada para não introduzir quebras de série, prejudiciais á compreensão dos fenómenos registados.

Um projecto executado em parceria:



CEsA | Centro de Estudos sobre
África, Ásia e América Latina

Apoio:



CONTEÚDOS

Siglas e abreviaturas	8
Índice de Tabelas	9
Índice de Gráficos	11
Caixas	11
Resumo executivo	12
1. INTRODUÇÃO	24
PARTE I –	29
A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE UM SUBSISTEMA ESTATÍSTICO:.....	29
Metodologia.....	29
Amostragem.....	29
A. Metodologia	30
B. Amostragem	40
PARTE II – CONTEXTO GERAL.....	46
O conceito de Direitos Humanos	46
O quadro legal dos Direitos Humanos na Guiné - Bissau.....	46
A construção de indicadores de Direitos Humanos.....	46
A. O conceito de Direitos Humanos	47
B. O quadro legal dos Direitos Humanos na Guiné – Bissau	51
C. A construção de indicadores de Direitos Humanos.....	53
PARTE III -	57
ANÁLISE POR TEMAS DE DIREITOS HUMANOS RECOLHIDOS	57
Educação	57
Saúde.....	57
Habituação, água, energia e saneamento.....	57
Justiça.....	57
Meios de Subsistência.....	57
A. Direito à educação.....	58
B. Direito à saúde.....	65

D.	Direito habitação, energia, água e saneamento	77
E.	Direito à justiça	85
F.	Direito a Meios de subsistência	96
	Conclusões	104
	Bibliografia	108

Siglas e abreviaturas

ACEP – Associação para a Cooperação entre Povos

AMIC – Associação dos amigos da criança

CESA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

DH – Direitos Humanos

DR – Distritos de Recenseamento

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

INE – Instituto Nacional de Estatística

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

MICS – Multiple Indicator Cluster Surveys

OHCHR - Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAB – Sector Autónomo de Bissau

UE – União Europeia

UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População

UNICEF – Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças

UNIOGBIS - United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau

UNWomen – Nações Unidas Mulheres

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Indicadores de acesso a educação básica, 1^a-6^a classe, 2016 por região

Tabela 2 – Indicadores de acesso a educação básica, 7^a-9^a classe, 2016 por região

Tabela 3 - Indicadores de acesso a saúde, 2015 e 2016 por região

Tabela 4 - Indicadores de acesso a saúde, pessoal de saúde 2015 e 2016 por região

Tabela 5 – Indicadores de acesso a justiça, distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)

Tabela 6 - Indicadores de acesso a justiça, centros de detenção por condições das zonas de detenção

Tabela 7 – Indicadores de acesso a justiça, centros de detenção por acesso a água e alimentação

Tabela 8 – Indicadores de habitação, água, energia e saneamento

Tabela 9 – Indicadores de meios de subsistência, famílias por número de refeições que tem por dia, por sexo do chefe de família

Tabela 10 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

Tabela 11 – Localidades inquiridas em 2016

Tabela 12 – Amostragem

Tabela 13 – Agregados familiares a inquirir para “Meios de subsistência” e “Saneamento”

Tabela 14 – Escalas por indicador

Tabela 1.1 – Abandono e relação de género no ensino básico 1^a-6^a classe

Tabela 1.2 – Abandono por género e alunos por professor (7^a-9^a classes)

Tabela 2.1 – Alunos por professor no início e final do ano lectivo, no ensino básico 1^a-6^a classe

Tabela 2.2 – Valor máximo, médio e mínimo de alunos por professor no início do ano lectivo 1^a-6^a classe, 2015 e 2016.

Tabela 3.1 – Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km), 2015 e 2016

Tabela 4.1 – Distância entre habitação e um local onde exista consulta pré-natal (km), 2015 e 2016

Tabela 5.1 - Custo total médio de consulta pré-natal

Tabela 5.2 - Custo médio de cartão, consultas e análise de consulta pré-natal

Tabela 5.3 - Dias de consumo de arroz expressos em custos de consulta pré natal

Tabela 6.1 - Custo total médio por medicamento para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil e Dias de consumo de arroz expressos em custos de medicamentos.

Tabela 6.2 – Custo de paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil

Tabela 7.1 - Dias de consumo de arroz expressos em custos de tratamento de paludismo de 3 cruzeiros.

Tabela 8.1 – Número de habitantes por pessoal de saúde

Tabela 8.2 – Número de habitantes por agentes de saúde

Tabela 8.3 – Médicos por mil habitantes

Tabela 9.1 – Número de pessoas por quarto

Tabela 10.1 – Casas melhoradas e casas com água canalizada em % das observadas

Tabela 11.1 – Poços de água por tipos de construção em % do total existente

Tabela 12.1 – Casas iluminadas com luz elétrica em % das observadas

Tabela 13.1 - Destino do lixo dos agregados familiares por tipo de destino

Tabela 14.1 – Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)

Tabela 15.1 - Área em m² de cela nos centros de detenção por género do detido

Tabela 16.1 - Área em m² de cela nas prisões de Mansoa e de Bafatá por género detido

Tabela 17.1 - Condições das zonas de detenção nos centros de detenção

Tabela 17.2 - Condições das prisões de Bafatá e Mansoa

Tabela 17.3 – Condições de ventilação nos centros de detenção

Tabela 17.4 – Condições de cobertura nos centros de detenção

Tabela 17.5 - Condições de dormitório nos centros de detenção

Tabela 18.1 - Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado e número de queixas

Tabela 19.1 Características dos agregados familiares inquiridos

Tabela 19.2 Famílias por número de refeições diárias tomadas na casa, em valor e em %

Tabela 19.3 – Famílias por número de refeições que tem por dia, por sexo do chefe de família, 2015 e 2016

Tabela 19.4 – Famílias com crianças, por acesso a escola e número de refeições diárias, 2015 e 2016

Tabela 19.5 – Famílias por sector de actividade do chefe de família e número de refeições que tem por dia, 2015 e 2016

Tabela 20 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Abandono masculino nas 1º-6- classes, 2014/5 e 2015/6

Gráfico 2 – Abandono feminino nas 1º-6- classes, 2014/5 e 2015/6

Gráfico 3 - Número de alunos por professor na região de Bafatá

Caixas

Para que serve o Observatório dos Direitos

Os telemóveis num país sem eletricidade

First in first out – o bom senso policial

Resumo executivo

1. O objetivo principal do terceiro e último ano do projeto Observatório dos Direitos foi recolher dados em 2016 comparáveis com os de 2015 e tanto quanto possível com os de 2014. Assim manteve-se a equipa de recolha e controle estatístico em Bissau e nas regiões (com exceção de Bolama/Bijagós), a forma de continuar a recolha de dados aproveitando a formação entretanto adquirida, consolidou-se a recolha de meios de subsistência (alimentação) e saneamento, recolheram-se dados numa amostra de escolas com a 7^a-9^a classes, manteve-se a amostra de localidades significativa e aperfeiçoou-se o tratamento estatístico.
2. A amostra em 2016 é de 5 % das localidades de todas as regiões do país definidas a partir das existentes no recenseamento de 2009 nos setores, exceto Bolama Bijagós (que não foi incluída no projeto inicial). No setor autónomo de Bissau, inquiriram-se tal como em 2015, dezasseis dos quarenta e cinco bairros de Bissau (70,8% da população da cidade segundo o recenseamento de 2009), sendo que para os meios de subsistência e saneamento se inquiriram 755 famílias nas regiões e no SAB (veja-se o ponto de metodologia para detalhes).
3. Há 38 setores administrativos na Guiné-Bissau e 34 nas regiões inquiridas pelo projeto. Nas regiões escolhidas não se conseguiu inquirir este ano um setor na região de Cacheu (Bigene) e outro só parcialmente (São Domingos) na capital e na povoação mais importante e outros dois na região de Quinara (Fulacunda e Empada) também parcialmente; o primeiro devido a divergências com as autoridades locais sobre o acesso a instituições que se arrastaram todo o ano de 2016, o segundo por avaria no meio de transporte do inquiridor que também não foi resolvida atempadamente permitindo recolher apenas parte dos dados. Mesmo assim o número de famílias inquiridas subiu de 751 para 755 porque o inquiridor de Cacheu procurou compensar aumentando as localidades e as famílias inquiridas noutros setores.
4. A equipa de inquiridores manteve – se em 2016 com pessoas das regiões, que já eram ativistas de Direitos Humanos antes do Observatório existir, com ligações à LGDH (e nalguns casos a outras organizações não governamentais guineenses) e têm o reconhecimento das pessoas das regiões onde habitam. Não são portanto simples inquiridores mas sim pessoas empenhadas na defesa e promoção dos Direitos Humanos no seu país, a partir da sua própria região. As formações ministradas deram a estas pessoas uma cultura de recolha de dados estatísticos que nenhum possuía. E são hoje a única rede de inquirição estatística presente em todo o país (exceto Bolama/Bijagós) pois mesmo o INE só em 2014/2015 passou a ter um responsável fixo por região mas continua a ter de contratar inquiridores ou a enviar pessoas de Bissau para as operações que executa.
5. **Os indicadores de educação** tinham-se revelado muito sensíveis à retoma do pagamento regular dos salários dos professores, permitindo um funcionamento normal das escolas a partir das condições existentes e também se ressentiram da volta das greves dos professores tendo-se assistido em 2016 a manifestações de alunos a reivindicarem aulas. Os indicadores de abandono escolar no básico entre o início e no final do ano letivo voltaram a deteriorar-se, com a exceção de Tombali e com os valores máximos em Quinara. Ou seja confirma-se que o direito à educação é uma função direta das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam

a greves de professores nas escolas. As condições de funcionamento das escolas são muito diferentes e procurou-se exprimir essa diferença com a apresentação da amplitude do intervalo de número de alunos por professor em cada região como se exemplifica no gráfico abaixo para a região de Bafatá. Temos também a percepção que a instabilidade política existente ao longo de 2016 não permite que o Ministério da Educação exerça a sua função de coordenação/direção do setor, e origina um nível de desorganização que se deve refletir nas escolas sobretudo se as direções respetivas não têm capacidades de liderança.

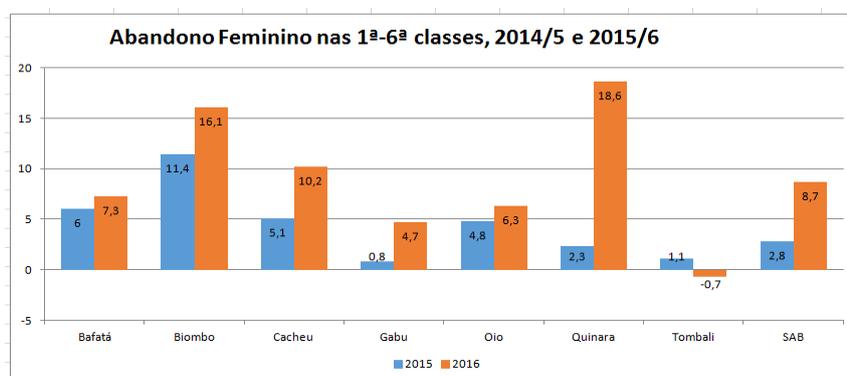
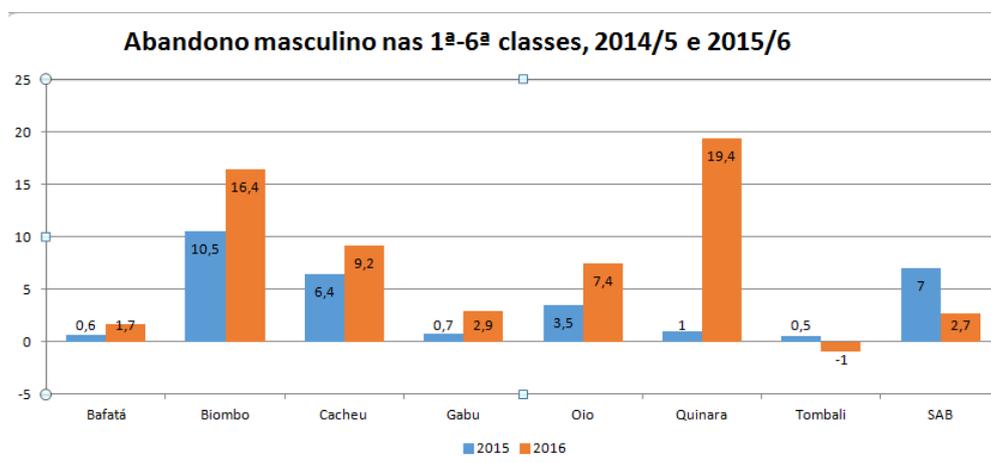
Indicadores para a educação:

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1^a-6^a classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano letivo;
2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1^a-6^a classe);
3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1^a-6^a classe)

Tabela 1 – Indicadores de acesso a educação básica, 1^a-6^a classe, 2016 por região

Região /Anos	Alunos do ensino básico 1 ^a - 6 ^a classe							Distância habitação escola básico 1 ^a - 6 ^a classe (km)	
	Abandono masculino (%)		Abandono feminino (%)		Alunos por professor (n ^o)		Relação H/M	2015	2016
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2016		
Bafatá	0.6	1,6	6.0	6,6	61	66	1,1	6.0	8.0
Biombo	10.5	16,4	11.4	16,1	30	28	1,1	3.0	4.0
Cacheu	6.4	9,2	5.1	10,2	36	33	1,1	2.0	3.0
Gabu	0.7	2,9	0.8	4,7	71	67	1,1	0.70	0.3
Oio	3.5	7,4	4.8	6,3	51	45	1,5	2.0	2.0
Quinara	1.0	13,7	2.3	15,1	49	43	1,3	0,78	0,7
Tombali	0.5	-1,0	1.1	-0,7	56	43	1,2	2.0	2.5
SAB	7.0	7.2	2.8	8,7	34	32	1,0	1.0	0,95

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016



Os dados recolhidos em 22 escolas de 3 regiões com 7ª-9ª classe, não permitem conclusões muito claras quando comparadas com as escolas que tem 1ª-6ª classe. O número de alunos por professor é mais baixo em Biombo e Cacheu mas similar no SAB. É preocupante que as taxas de abandono sejam mais altas na 7ª-9ª classe que nas anteriores com exceção dos alunos masculinos no Biombo. Verifica-se portanto que a tese que o número de alunos por professor mais baixo tem como consequência uma maior qualidade no ensino e menor abandono neste ano de 2016 não se confirmou nesta pequena amostra. Deve haver um efeito de procura destas classes por parte das famílias de todas as regiões considerando que na capital os professores são melhores, o que sobe o número de alunos por professor no SAB.

Tabela 2 – Indicadores de acesso a educação básica, 7^a-9^a classe, 2016 por região

Região	Alunos do ensino 7 ^a - 9 ^a classe			
	Abandono masculino	Abandono feminino	Alunos por professor no início	Alunos por professor no final
Bafatá	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
Biombo	12,2	16,8	14	12
Cacheu	16,2	12,2	7	6
Gabu	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
Oio	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
Quinara	0,97	2,33	52	51
Tombali	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
SAB	10,4	15,2	38	28

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

6. **Nos indicadores sobre a saúde:** este ano confirmou a explicação da variação dos dados recolhidos nas regiões onde a acessibilidade a cuidados de saúde depende de projetos com distribuição de medicamentos, consultas e tratamentos gratuitos, com doações internacionais de equipamento e consumíveis a hospitais e centros de saúde. Quando os projetos não existem ou acabam, o custo da saúde sobe para níveis que obrigam as famílias a grandes esforços para terem esse direito de acesso e excluindo quem não tem dinheiro para pagar esses mesmos custos. Tal situação faz depender o setor da saúde da cooperação internacional e torna o exercício do direito à saúde muito aleatório variando de um ano para outro.

Mesmo os números de agentes auxiliares e de agentes comunitários dependem da existência de projetos internacionais e a sua recolha necessita de afinação pois as diferenças encontradas em 2016 em relação a 2015 são demasiado grandes para terem veracidade.

Indicadores para a saúde:

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta
6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)
7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruces
8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Tabela 3 - Indicadores de acesso a saúde, 2015 e 2016 por região

Região	Distância entre a habitação e um local onde exista consulta pré-natal (km)		Custo de consulta pré-natal (consulta, cartão e análise)		Dias de consumo de arroz equivalentes ao custo de consulta pré natal		Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil		Custo de tratamento de paludismo de 3 cruces	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Bafatá	7	7	2391	1914	4,5	3,3	3692	9262	4895	5961
Biombo	7,4	5	3825	500	6,6	0,9	3268	1596	6169	4319
Cacheu	8	7	2700	2762	4,8	4,9	1230	825	1277	2275
Gabu	5,2	6	3195	3779	5,8	7,0	3079	2931	17427	12941
Oio	10	11	1482	n.i.	2,6	n.i.	5038	10988	7269	8869
Quinara	10,8	12	1800	1388	3,1	2,4	3361	3105	15615	23930
Tombali	8	7	4250	3300	8,5	5,7	681	559	7120	3322
SAB	2,1	1,7	10054	7321	17,2	13,3	5298	5522	19252	26235

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

Tabela 4 - Indicadores de acesso a saúde, pessoal de saúde, 2015 e 2016 por região

Região	Habitantes por Médico		Habitantes por Enfermeiros		Mulheres por parteira		Agentes auxiliares de saúde		Agentes de saúde comunitários	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Bafatá	3684	2308	3231	2121	9423	9262	19092	7778	244	195
Biombo	24280	24280	3133	2023	9858	4929	n.i.	n.i.	537	478
Cacheu	8750	8750	2831	2790	8811	8077	n.i.	24064	535	553
Gabu	30790	30790	3781	3716	26504	21203	n.i.	71843	576	560
Oio	16046	37441	4405	9767	8005	16009	8640	44929	808	2080
Quinara	12722	21203	1078	1928	5891	6185	n.i.	n.i.	167	1010
Tombali	15823	13563	1899	1862	23495	15663	n.i.	23735	n.i.	n.i.
SAB	4459	5968	1029	1830	1977	2485	14920	64652	4910	n.i.

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

7. No que respeita aos **indicadores de justiça** as condições de prisão e de detenção (ventilação, cobertura, dormitório, acesso a água e alimentação, área de cela por preso/detido) continuam em estado lastimável em qualquer região, só sendo aceitáveis nas duas prisões do país, com exceção da área por preso em Mansoa onde chega a valores que obrigam os detidos/presos a dormir por turnos, tal como nalguns centros de detenção noutras regiões e no SAB. A fraqueza do sistema judicial tem como consequência que a população continua a dirigir-se maioritariamente à polícia e às autoridades tradicionais para resolver queixas de roubo de gado considerando que os tribunais são uma instância de ultimo recurso, pela distância, pelo custo e pela morosidade.

Indicadores para a justiça:

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

17. Condições das zonas de celas nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Tabela 5 - Indicadores de acesso a justiça, distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)

Região	2015	2016	Região	2015	2016
Bafatá	16	17	Oio	17	18
Biombo	15	20	Quinara	50	52
Cacheu	15	14	Tombali	33	33
Gabu	29	39	SAB	2	2,5

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

Tabela 6 - Indicadores de acesso a justiça, centros de Detenção por condições das zonas de detenção

Tipos de condição	Classificação da Condição										Total	
	Boa		Razoável		Regular		Má		Péssima			
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Ventilação	5	7	5	0	12	13	17	18	0	0	39	38
Cobertura	24	15	7	9	0	0	8	14	0	0	39	38
Dormitório	0	0	0	0	1	0	22	24	16	14	39	38

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

Gráfico 4 – Condições nos centros de detenção

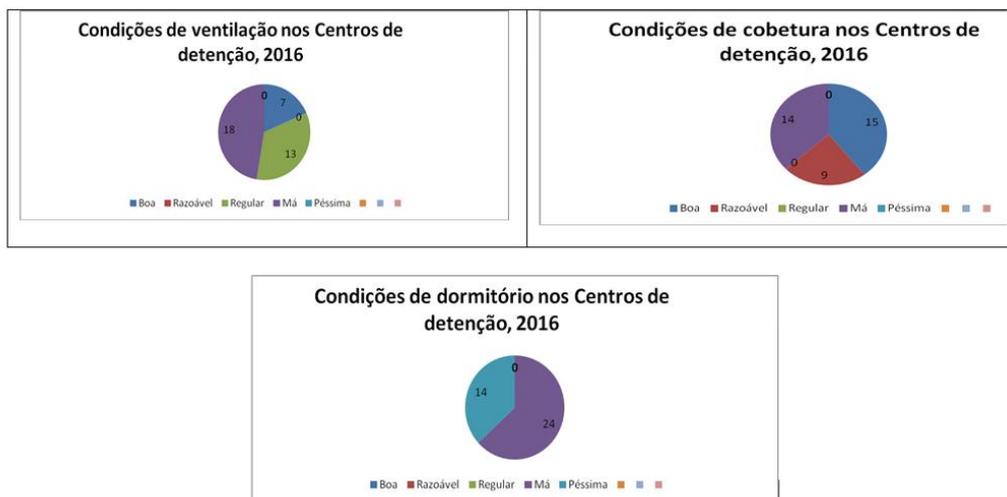


Tabela 7 – Indicadores de acesso a justiça, centros de detenção por acesso a água e alimentação

Rubricas	2015		2016	
	Não tem	Tem	Não tem	Tem
Acesso livre a água	39	0	37	1
Alimentação	39	0	38	0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016¹

8. Nos indicadores de habitação, energia, água e saneamento neste ano o padrão tornou-se mais indefinido pois tanto para casas iluminadas como para casas melhoradas houve regiões onde o número cresceu e outras onde diminuiu. As fotografias como fonte de informação mostram uma subida na utilização de painéis solares mesmo em casas com cobertura e paredes mais modestas. O acesso a água contínua dependente dos poços com tratamento em geral inexistente. E embora em duas regiões haja fotografias de fontanários com maior possibilidade de tratar a água, estes ainda são uma raridade. O saneamento mostra a mesma realidade do ano de 2015, de

¹ Nota: Considera-se acesso livre a água quando os detidos podem beber sem depender dos guardas. Considera-se acesso a alimentação quando os detidos podem cozinhar/aquecer comida vinda de fora do centro de detenção. Nenhum centro de detenção fornece alimentação.

predomínio da anarquia na gestão dos destinos de lixos que a população produz, não augurando nada de bom num futuro de maior consumo das famílias.

Indicadores para a habitação, energia, água e saneamento:

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade.
10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %
11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade
12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em percentagem
13. Destino do lixo do agregado familiar

Tabela 8 – Indicadores de habitação, água, energia e saneamento

Região	Casas melhoradas em % das observadas		Poços com bomba a funcionar (em % do total da região)	Poços tradicionais (em % do total da região)	Casas iluminadas com luz elétrica em % das observadas		Maior % de destino de lixo	
	2015	2016	2016	2016	2015	2016	2015	2016
Bafatá	41.6	24	15	15	15.0	22	Incineração (43,4)	Incineração (35,6)
Biombo	19.9	21	29	29	8.2	15	Incineração (48,0)	Incineração (58,0)
Cacheu	39.1	33	7	7	7.1	11	Esgotos selvagens (71,1)	Esgotos selvagens (91,6)
Gabu	21.8	14	21	21	18.8	15	Incineração (53,9)	Incineração (91,6)
Oio	12.9	16	23	23	11.3	23	Incineração (66,0)	Incineração (54,9)
Quinara	22.7	34	16	27	16.7	28	Esgotos selvagens (63,3)	Esgotos selvagens (71,4)
Tombali	50.8	44	7,8	7,8	21.7	21	Incineração (43,1)	Esgotos selvagens (57,1)
SAB	54.3	64,5	27,3	27,3	66.7	67,2	Retirada (43,7)	Incineração (48,0)

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

9. Nos indicadores de meios de subsistência o número de refeições diárias tomadas pela família na casa diz-nos que se considerarmos que uma família tem mais acesso a meios de subsistência se tiver três refeições diárias teremos que em 2015 e 2016 apenas Gabu tem uma quase unanimidade de três refeições (95 e 99 %). Fora esta região só no SAB há uma maioria simples desse número de refeições, sendo as piores regiões Biombo e Quinara. No lado oposto se considerarmos que as famílias que tomam uma única refeição (um tiro como se diz na gíria guineense) são as mais pobres e com menos acesso a meios de subsistência teremos o Biombo muito pior que qualquer outra, tendo o SAB, Oio e Cacheu valores significativos das famílias reduzidas a uma refeição por dia.

No total das famílias a evolução de 2015 para 2016 exprime-se pela subida das percentagens de 3 e 4 refeições baixando as de 1 e 2. Em geral o que este indicador permite afirmar é que houve uma evolução positiva do total das famílias que se deslocaram para as categorias com maior número de refeições, embora de forma mais acentuada naquelas cujo chefe é masculino.

Indicador para meios de subsistência (alimentação):

19. Número de refeições diárias tomadas em casa pela família

Tabela 9: Famílias por número de refeições que tem por dia por sexo do chefe de família

Sexo do chefe de família	Número de refeições				Ano
	1	2	3	4	
Masculino %	14,5	42	43,2	0,3	2015
%	13,9	38,1	46,7	1,3	2016
Feminino %	22,5	45,8	31,7	0	2015
%	20,4	46,1	33,1	0,4	2016
Total	16	42,6	41,3	0,1	2015
%	15,2	39,6	43,6	1,6	2016

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

10. Se construirmos **um índice geral** com estes indicadores de acordo com a metodologia explicada no Anexo IV com estes indicadores e não esquecendo que apenas os dois últimos anos são comparáveis entre si, teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau.

Tabela 10 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

Regiões	2014	2015	2016	Regiões	2014	2015	2016
Oio	1º	1º	4º	Cacheu	3º	5º	2º
SAB	6º	2º	5º	Gabu	2º	5º	7º
Biombo	5º	3º	3º	Bafatá	7º	6º	6º
Tombali	5º	4º	1º	Quinara	4º	7º	8º

Fonte: Observatório dos Direitos, 2014, 2015 e 2016

O que surpreende neste índice de síntese é a evolução da capital – o SAB – que piora de 2015 para 2016 e de Tombali que melhora vários lugares. O Biombo, Gabu, Bafatá e Quinara mantém-se coerentes. A explicação de síntese tem a ver com indicadores de saúde (piores no SAB e melhores em Tombali) e com a sensibilidade do SAB às greves da educação maior que nas restantes regiões.

Pelos indicadores também julgamos haver uma maior igualdade de existência de eletricidade que altera as posições relativas das regiões.

11. A situação de 2016 de instabilidade de governos em exercício de nomeação presidencial, de paralisação da Assembleia Nacional Popular e de conflito entre partidos e presidência da República, não é favorável a que as políticas económicas e sociais constantes no programa apresentado aos parceiros internacionais em Bruxelas em 2014 e amplamente apoiado, sejam implementadas, mesmo que os governos que se vão sucedendo mantenham esse texto como válido.

Essa instabilidade, que se traduz na falta de motivação e de financiamento, e consequente inércia de muitos ministérios, quando formam expectativas de curto prazo de exercício do cargo sem verbas suficientes para desenvolverem medidas concretas de política, tem consequência no bem-estar das famílias e portanto no seu acesso a Direitos Económicos e Sociais. Enquanto não existir um governo que a população acredite ser estável há muitos bens públicos (como as escolas, os hospitais a eletricidade) que, dependendo de decisões ministeriais, serão eles próprios instáveis não criando nas pessoas a confiança indispensável para tomarem decisões sobre a sua vida privada ou pública, económica ou social, de acordo com a existência permanente desses bens.

1. INTRODUÇÃO

Estes três anos do projeto Observatório dos Direitos deixam um conjunto de dados sobre o acesso a Direitos Humanos Económicos e Sociais, publicados em livros, como não conheço em nenhum outro país. Tais resultados foram divulgados em todas as regiões abrangidas por meio dos livros e de exposições anuais itinerantes em cada ano.

Deixam também uma equipa de inquiridores com conhecimentos e prática de recolha estatística e controle de dados a nível nacional (com exceção de Bolama /Bijagós) que fica como a única rede nacional capaz de fazer inquéritos a qualquer altura e em qualquer área fora dos dados obtidos por via administrativa (educação, saúde, justiça e finanças). Essas pessoas constituíram durante estes três anos a única rede de inquirição estatística presente em todo o país (exceto Bolama/Bijagós) pois mesmo o INE só em 2014/2015 passou a ter um responsável fixo por região mas continua a ter de contratar inquiridores ou a enviar pessoas de Bissau para cada operação que executa.

A Guiné – Bissau fica em muito boas condições de conseguir avaliar o acesso a Direitos Humanos deste tipo, nas áreas abrangidas. Ficaria melhor se o projeto continuasse por mais alguns anos estendendo-se a outras áreas e aprofundando as atuais. Realce-se que o financiamento de um projeto deste tipo se for feito pelo Governo, seja de que partido ou coligação for, dificilmente resistirá às pressões que inevitavelmente o poder fará para condicionar sobretudo a divulgação dos dados recolhidos.

Tal como se escreveu em livros anteriores estes indicadores são uma fotografia dinâmica (três anos) de acesso a Direitos Humanos Económicos, Sociais na Guiné-Bissau vistos através destes dados e destas áreas em concreto.

Os indicadores construídos com os números da população do país tem de se socorrer do Recenseamento de 2009, já que as projeções existentes elaboradas pelo INE, não têm uma base consistente para a regionalização, por falta de outros elementos como as migrações por via terrestre ou marítima, a

migração rural/urbana, os nascimentos e os falecimentos. Por exemplo o indicador sobre o número de médicos por pessoa está condicionado pelo uso do número de população em cada região ser mantido constante (de acordo com o Recenseamento de 2009).

É importante realçar que estes dados podem ser uma contribuição para estudos mais abrangentes, seja sobre os Direitos Humanos no seu todo, incluindo as liberdades civis e políticas (que os Relatórios da Liga Guineense dos Direitos Humanos ilustram) seja para estudos mais sectoriais como na Justiça, Educação, Saúde, etc.

Para esses estudos mais abrangentes ou para uma leitura aprofundada dos dados aqui apresentados, é importante ter em atenção que as informações do Observatório são obtidas por inquiridores independentes das instituições onde são recolhidos, e por observação direta. Esta é uma diferença importante relativamente à instituição central do sistema estatístico, o INE, que recolhe dados sobre educação, saúde e justiça (além doutras áreas consideradas menores, como por exemplo as migrações) através de solicitação às instituições públicas competentes. O Observatório tem os seus próprios inquiridores, que recolhem diretamente junto de escolas, centros de saúde, centros de detenção das polícia, etc., as informações para construir os indicadores de Direitos Humanos. O que se fez neste projeto foi capacitar estas pessoas dando lhes uma cultura de recolha de dados estatísticos que nenhum possuía.

Para que serve o Observatório dos Direitos

Um responsável duma organização internacional perguntou-me “para que serve o Observatório?”. A minha resposta foi: “serve para mostrar a verdade aos decisores de todos os níveis sejam eles nacionais ou estrangeiros, privados ou públicos”. Também podia ter respondido que servia para combater a ignorância antiga (pela falta de informação) e moderna (pela superficialidade da mesma informação, que não é por circular à velocidade de um telemóvel ou da televisão que tem mais conteúdo). E *“ser ignorante é não ter os instrumentos para se mover no mundo que nos rodeia, ser sujeito mais do que ser actor, não conseguir atingir o empowerment que é suposto se poder ter para actuar conforme as circunstancias, de modo a crescer, ser capaz, viver uma vida qualificada e tirar dela uma experiência enriquecedora, controlando-se a si próprio tanto quanto é possível, e não menosprezando as condições para se ser feliz”* (José Pacheco Pereira, Público, 31 de Dezembro, 2016). Quanto mais ignorantes, menos donos de nós mesmos como pessoas e como povos. É para isso que serve o Observatório.

Este projeto preocupou-se expressamente com a metodologia a seguir. Quem tem prática de produção estatística sabe que a diferença de métodos leva necessariamente a dados diferentes sobre aquilo que é “grosso modo” a mesma realidade, sem que se possa considerar na esmagadora maioria dos casos que uns estão errados e outros certos. Também é importante tomar em conta que este relatório é um produto intermédio entre a produção estatística (tal como é feita pela instituição central do sistema, o INE) e um estudo analítico. Ou seja, são aqui construídos indicadores a partir de dados sobre oito áreas (educação de ensino básico, saúde, habitação, água, energia, saneamento, justiça e meios de subsistência) com uma amostra de 5 % das localidades de todo o país (excepto Bolama Bijagós) e de 16 dos 45 bairros de Bissau (70,8% da população da cidade segundo os recenseamento de 2009), sendo que para os meios de subsistência e saneamento se inquiriram em 2015 751 famílias e em 2016, 755 nas regiões e no SAB (ver ponto de Metodologia para perceber como se chegou a esses números). Mas não é feita uma análise tomando em consideração dados de outras fontes, exceto as do Recenseamento de 2009.

Assim, não se elaborou uma análise tomando outra informação provinda de bases de dados internacionais como a do Banco Mundial, o DENARP, os MICS, promovidos pela UNICEF, estudos sobre a Justiça promovidos pelo PNUD ou relatórios de projectos como aquele sobre os presos e detidos (União Europeia e Manitesa); também não se podem analisar em conjunto com dados de projetos que recolhem de forma não aleatória universos mais limitados (por exemplo as crianças nos centros de nutrição, ou as mulheres vendedoras nos mercados) e que não se podem extrapolar para o total da população com recurso às metodologias que a produção estatística internacional segue.

Mas por outro lado a elaboração de indicadores compostos implica a fusão de dados primários (aqueles que são recolhidos diretamente) em índices ou médias para conseguir obter indicadores (num exemplo simples, o número de alunos por professor nas escolas do ensino básico compõe-se dos dados dos alunos a frequentarem as escolas, do número de professores existentes nas mesmas e de uma divisão de um pelo outro), nuns casos de forma imediata, noutros de forma mais elaborada (como no anexo de

2014 sobre o índice geral de acesso a Direitos Humanos). Ora a função dos sistemas nacionais de estatística não é de construir indicadores mas tão só apresentar os dados primários, não existindo aliás no INE da Guiné Bissau um Gabinete de Estudos.

O Observatório parte dos dados primários recolhidos e procura apresentar indicadores e alguma interpretação da evolução verificada e sobretudo das diferenças entre regiões, produzindo relatórios que apelidamos de produtos mistos de estatística e de estudo analítico.

A equipa de inquiridores são pessoas das regiões, que já eram ativistas de Direitos Humanos antes do Observatório existir, com ligações à LGDH (e nalguns casos a outras organizações não governamentais) e têm o reconhecimento das pessoas das regiões onde habitam. Não são portanto simples inquiridores mas sim pessoas empenhadas na defesa e promoção dos Direitos Humanos no seu país, a partir da sua própria região. É por isso que, por exemplo, se conseguiram tirar fotografias e recolher informação dentro das celas dos centros policiais de detenção que até hoje nunca vimos em nenhum estudo fosse em que país fosse.

Os resultados de 2016 constam do texto do relatório e das suas conclusões. Podemos realçar desde já:

- a subida do abandono escolar básico, fruto da instabilidade do setor que levou a novas greves. O número de alunos por professor continua a ser um indicador da fraca qualidade do ensino.

- a desorganização do setor da saúde com a persistente dependência de projetos internacionais para o acesso a custos acessíveis da população a consultas, tratamentos e medicamentos.

- a indefinição na evolução do número de casas iluminadas por luz elétrica com melhorias numas regiões e no SAB e diminuição noutras.

- a estagnação das condições de detenção/prisão e a continuação do recurso a outras autoridades fora dos tribunais para resolver casos de roubos de gado

- a melhoria modesta no número de refeições tomadas pelas famílias em casa, menor nas famílias com chefes femininos do que naquelas com chefes masculinos.

Se construirmos um índice geral com estes indicadores segundo a metodologia explicada em Sangreman (2015) teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau com Oio mantendo um dos primeiros lugares e sobretudo uma grande subida do SAB de sexta posição em 2014 para a segunda em 2015.

PARTE I –

A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE UM SUBSISTEMA ESTATÍSTICO:

Metodologia

Amostragem

A. Metodologia

Na organização de uma estrutura de recolha de dados tem de se ter presente que as pessoas em geral não têm grande cultura estatística. Ou seja não têm na sua vida de se preocupar com o rigor de recolha de informação sempre do mesmo modo e com as mesmas fontes.

A má qualidade desde há vários anos do ensino guineense em geral também não ajuda a lidar com números ou com as fórmulas mais simples de medição e implica partir sempre do princípio que a noção de produção estatística não existe nos inquiridores e que a sua formação em matemática básica é baixa.

Como já referimos, a equipa de recolha direta de dados do Observatório foi completada com dois técnicos: um com muitos anos de trabalho no Instituto Nacional de Estatística guineense com capacidade de colocar todas as dúvidas que as recolhas de dados suscitem em cada região e outro cujo trabalho permanente numa instituição pública implica uma cultura de lidar com números incluindo instrumentos como folhas de cálculo e expressão gráfica. Estes dois técnicos tiveram em todo o projeto a função de preparar os mapas de dados base organizados por indicadores que são enviados ao perito do CESA para análise.

A equipa de recolha de dados foi escolhida pela LGDH a partir das pessoas em diferentes regiões que tem alguma ligação à atividade de defesa dos Direitos Humanos diretamente com a LGDH ou com outras organizações parceiras.

No processo de recolha do primeiro ano foram avaliadas as primeiras recolhas, atribuídas classificações de base 0-20 valores aos inquiridores, e constatou-se que foi possível ter um processo de melhoria contínua daqueles que tinham mais dificuldades, através da iniciativa dos técnicos referidos e de debates mais espaçados com o perito do CESA, atingindo-se nas últimas recolhas desse primeiro ano um nível geral muito bom que se manteve nos seguintes.

A maior dificuldade na recolha de dados deveu-se a uma sobrecarga de trabalho de outros tipos que os inquiridores têm na cidade de Bissau sendo manifesta a dificuldade em acumularem as diferentes

funções. A dimensão da amostra no SAB levou assim à inclusão, já na fase final do primeiro ano, de mais um elemento uma vez que o orçamento o permitia. Outra dificuldade deveu-se ao falecimento da inquiridora de Gabu que teve de ser substituída a meio do ano por uma pessoa que já a ajudava a recolher dados. A última dificuldade teve a ver com a falta de resposta atempada neste último ano da estrutura de coordenação do projeto a problemas com meios de transporte em Quinara que levaram a dois setores terem os dados recolhidos muito tarde (Empada e Fulacunda) e sobretudo com a resolução de divergências entre essa coordenação e o inquiridor de Cacheu que levaram a que um setor não fosse inquirido nessa região (Bigene) e outro (São Domingos) só as duas povoações mais importantes (São Domingos e Ingoré).

No quadro seguinte estão os nomes no ano de 2015 e 2016 de cada inquiridor:

Nome e região
• Abu Sambu (Região de Gabu)
• Clemente Mendes (Região de Cacheu)
• Elisa Maria Sousa (Região de SAB)
• Eliseu Aguinaldo da Silva (Região de SAB)
• Ernesto Higino Correia (Região de SAB)
• Formosinho da Costa (Região de Quinara)
• Gabriel Nan Com (Região de Tombali)
• João Vaz (Região de Biombo)
• Malam Mané (Região de Bafatá)
• Nilton César Barbosa (Região de SAB)
• Umaro Camará (Região de Oio)

Equipa Central
• Victorino Indequê (Coordenador em 2014)
• Cleo Silva (Coordenadora em 2015 e 2016)
• Edson Emanuel Lopes (Técnico informático e para elaboração gráfica)
• Gino Monteiro (Técnico estatístico e de acompanhamento das antenas)

Em todo o processo de formação e de melhoria contínua procurou-se inculcar nesta equipa as qualidades de um inquiridor:

- a) **Rigor** no que pergunta
- b) **Persistência** pois a sua missão é obter respostas
- c) **Educação e respeito** por quem responde, não induzindo respostas ou fazendo comentários a respostas inesperadas
- d) **Bom senso e inteligência** perante situações inesperadas
- e) **Competência:** quem responde tem de saber que o inquiridor sabe do que fala
- f) **Dignidade:** o inquiridor em funções é uma autoridade na recolha de dados. Deve identificar - se e ter uma postura digna
- g) **Honestidade:** o inquiridor não pode inventar respostas dos inquiridos, falsificando o inquérito, mas tem de respeitar aquilo que os inquiridos querem ou não dizer.

A divulgação e motivação dos respondentes nas várias regiões são fundamentais num projeto que tem objetivos nacionais. Assim, entregaram-se livros de análise às organizações e pessoas chave como informantes e organizou-se nas regiões uma exposição em cada ano com os resultados, acessível ao público, incluindo na abertura debates com os inquiridores e nalguns casos com membros da coordenação. Com gráficos e quadros de resultados, um grafismo atraente em painéis de formato transportável (A3) a cores com revestimento resistente ao manuseamento; valorizou os inquiridores e foi das poucas vezes que muitas pessoas nas povoações do interior do país viram o resultado de um inquérito ao qual tinham respondido.

O debate sobre os indicadores decorreu em Bissau durante uma semana duas vezes por ano, em regime intensivo com a presença de todos os inquiridores das regiões e do SAB, tendo incidido sobre as dificuldades, as dúvidas e as soluções adotadas na recolha e tratamento estatístico de dados recolhidos sem perder de vista que os indicadores escolhidos tiveram como base aqueles que são referidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012) classificados em Indicadores

estruturais, de processos e de resultados (pp.97 – 110) na áreas de Segurança, Alimentação, Saúde, Justiça, Governação, Educação, Habitação e Saneamento, Água, Trabalho, Segurança Social, Liberdade, Género, Discriminação e Vida.

Nesse debate mantiveram-se as áreas inquiridas, corrigindo-se alguns indicadores e simplificando outros. Houve sempre o cuidado de manter a comparabilidade com o ano anterior, apesar de se saber que um aumento de dimensão da amostra (ver ponto seguinte) pode originar incoerências nos dados.

Os telemóveis num país sem eletricidade

Quando se debateu que indicadores deviam ser considerados para caracterizar as diferentes áreas de Direitos Sociais, Económicos, uma das subáreas que surgiu rapidamente foi o acesso á informação/comunicação. Quando se questionou se a posse de telemóvel podia ser um indicador, a resposta foi de que toda a gente em todo o país tinha telemóvel e portanto não servia como indicador. Quando insisti referindo zonas do país onde não há eletricidade que pudessem carregar os aparelhos explicaram-me com um exemplo no sul do país: nas tabancas onde isso acontece, as pessoas reúnem os aparelhos e vai alguém de canoa até um local onde existe um novo negócio que consiste em ter uma fileira de tomadas ligadas a um gerador que carregam vários telemóveis ao mesmo tempo contra um pagamento. Os telemóveis voltam aos donos pelo mesmo meio de transporte e não há enganar pois toda a gente sabe qual é o seu. O engenho humano é espantoso.

Incluiu-se, tal como tinha sido planeado, indicadores da área dos meios de subsistência (alimentação). Como a fonte desse tipo de indicadores são as famílias, inquiriu-se como caracterização da sua dimensão, composição por sexo, idade e instrução dos membros, a atividade que desenvolvem e a presença de crianças em idade com e sem acesso a escola. Tal permite cruzar as características familiares com o indicador escolhido de “número de refeições diárias da família” e também com o indicador de saneamento “destino do lixo do agregado familiar”, enriquecendo a análise.

Em 2016 temos então os seguintes indicadores:

EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola no ensino básico, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo dados da 1^a – 6^a classe e dados da 7^a – 9^a classe em algumas regiões de SAB, Biombo e Cacheu (ver ponto sobre amostragem).
2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo
3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal
5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta
6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo grave (de 3 ou mais cruzeiros)
8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade
10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em percentagem

SANEAMENTO

13. Destino do lixo do agregado familiar

JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância
15. Área das celas, por número de pessoas detidas, por sexo e por centro de detenção

16. Área das celas, por número de pessoas presas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa
17. Condições das zonas de celas nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)
18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

MEIOS DE SUBSISTENCIA FAMILIAR

19. Número de refeições diárias tomadas em casa pela família

Para cada indicador procedeu-se à definição em detalhe de:

- Conceito/definição de todos os componentes do indicador;
- Justificação como indicador de Direitos Humanos;
- Fontes de recolha de informação;
- Tratamento/apresentação da informação;
- Metodologia de cálculo;
- Periodicidade de recolha;
- Ventilação, cálculo nacional e regional.

Exemplificando:

Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

- **Definição:** acesso a medicamentos para as doenças mais vulgares no país medido pelo custo e pela existência desses medicamentos à venda em farmácias ou estabelecimentos que vendam medicamentos.

- **Justificação como indicador de DH:** o acesso a medicamentos é um dos indicadores definidos para acesso a saúde. O sistema de saúde tem uma capacidade limitada de dar esses medicamentos aos doentes devendo estes adquiri-los por compra. O que sucede em algumas regiões e durante algum tempo é haver projectos com financiamento internacional que distribuem remédios gratuitamente.
- **Fontes de recolha de informação:** recolha de preços nas farmácias ou estabelecimentos onde vendam remédios
- **Tratamento/apresentação da informação:** envio dos preços para cada medicamento. Média simples ou cálculo central do desvio médio para cada tipo de medicamento.
- **Metodologia de cálculo:** recolha dos preços de um destes medicamentos de cada tipo de doença na dose mínima vendida
 - Paludismo: Coarten ou Cloroquina ou Arsumate ou Quinina ou Quinimax
 - Febre, dor de cabeça: Aspirina ou Paracetamol
 - Diarreia ou outras doenças gástricas: Mebendazol ou Metronidazol
 - Dores de corpo: Ibrufen ou similar
 - Hidratação sobretudo de crianças: saqueta de sais orais
- **Periodicidade:** anual
- **Ventilação:** regiões. A média nacional pode ser calculada mas não tem grande interesse.

A sensibilização de entidades estatais e civis para a disponibilização de dados foi feita em Bissau e nas regiões (exceto Bolama/Bijagós) ao longo de 2014 e manteve-se nos restantes dois anos pela

coordenação do Observatório e, nalguns casos, pela direção da LGDH, sobretudo junto de autoridades escolares, sanitárias e policiais.

A contratação do técnico estatístico nacional já referido permitiu uma vigilância permanente sobre o processo de recolha, tornando a qualidade geral de nível alto em qualquer parte do mundo. A parte de preparação de divulgação com a elaboração de gráficos a partir dos quadros de cada indicador foi muito bem resolvida pelo outro técnico também referido anteriormente com boa formação em tratamento numérico e prática em Excel que colaborou em *part time* com o Observatório.

Como instrumentos de trabalho para a recolha de dados o projeto atribuiu a cada inquiridor um computador, uma máquina fotográfica e uma motorizada. Foi feita uma formação em fotografia pois tinha-se consciência que ter fotografias das regiões inquiridas de escolas, centros de saúde, celas de detenção, etc., iria permitir uma aceitação de indicadores mais alargada, que essas fotos seriam a base da ilustração da exposição em cada ano² e que poderiam constituir uma base de imagens rara sobre o país. Essas fotos são hoje a melhor descrição que pode existir das condições boas e más das escolas, dos centros de saúde, das celas de detenção, etc., completando as informações quantitativas recolhidas.

Fizeram-se duas formações em computadores, uma de iniciação com um consultor da Universidade de Aveiro e outra com o técnico nacional que colaborou com o projeto e ajudou a fixar o tipo de quadros utilizados para cada área de indicadores eliminando repetições e interpretações erróneas.

Por último refira-se que os inquiridores e os dois técnicos de apoio e a coordenação foram sempre nacionais e têm uma média de idade e de habilitações relativamente altas sendo, ou tendo sido, parte deles professores, o que ajuda à fiabilidade e à assunção da responsabilidade da recolha. A capacidade de análise manteve-se em todo o projeto dependente de técnicos internacionais.

²Verificámos depois que essas fotos apresentadas com os dados recolhidos em comunicações em congressos científicos ou simples encontros, davam um crédito muito grande aos indicadores, pois as fotos permitiam imaginar de forma mais próxima a realidade que os números também exprimiam mas de modo mais frio e distante (no fundo confirmámos o pensamento de Confúcio, hoje tornado um ditado popular, que “mais vale uma imagem que mil palavras”).

Na equipa houve algum desequilíbrio em termos de género uma vez que só a coordenadora de 2015 e 2016 e uma das inquiridoras são mulheres, havendo dez inquiridores e dois técnicos homens. Mesmo a inquiridora de Gabu, que faleceu, foi substituída por um homem que era seu ajudante na recolha de dados. A verdade é que a necessidade de deslocações em motorizada por estradas de terra do interior não facilita a inclusão de mulheres, mas constatou-se que para alguns dos indicadores, sobretudo na área da saúde, os inquiridores homens tiveram mais dificuldades na recolha do que a inquiridora mulher.³

³ Em experiências anteriores de direção de inquéritos em Bairros de Bissau entre 1986 e 2002 (mercados em Bissau, famílias em bairros de Quelele, Militar e Belém) o autor verificou que o ideal eram as equipas de dois inquiridores, um homem, outro mulher. Mas com o orçamento disponível no Observatório tal só seria possível no SAB e não nas regiões.

B. Amostragem

No primeiro ano definiu-se a amostra como sendo de base geográfica. Ou seja inquiriram-se instituições de todas as regiões, exceto Bolama/Bijagós que não foi considerada no projeto inicial pelo acréscimo de verbas que implica⁴, e dentro de cada região escolheram-se os setores com mais população segundo o Recenseamento da População de 2009. Dentro de cada setor as localidades foram escolhidas priorizando as mais populosas mas deixando alguma liberdade aos inquiridores para substituições se a receção e contacto com as instituições não permitisse a recolha de informação, tendo sido dada a indicação de inquirir pelo menos 10% de escolas e de centros de saúde existentes em cada setor mantendo o mínimo de uma instituição por localidade se existir. De forma geral os inquiridores das regiões excederam tal percentagem.

No SAB existem administrativamente 8 setores; mas as pessoas conhecem a cidade por bairros, não por setores, estando os dados do Recenseamento também apurados por bairros, setores e distritos de recenseamento.

Assim a divisão que se fez dos locais de recolha respeitou esse conhecimento e a grafia dos nomes⁵ dos bairros utilizada no Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2009, embora tenham populações muito diferentes desde o Bairro Militar com mais de 31 mil pessoas ao Bairro N'Dame que tinha em 2009, 17 pessoas. Escolheram-se os bairros com mais população até à capacidade de trabalho dos inquiridores. Tomando os dados do recenseamento, correspondem a 70,8 % da população recenseada no SAB. Não é correto adotar projeções da população feitas apenas com taxas de evolução censitárias e muito

⁴ Constatámos que se tornou uma situação geral a região de Bolama/Bijagós estar excluída em muitos projetos. Pensamos que tal opção é perigosa de proponentes e de financiadores, pois contribui para o isolamento da região e para o atraso no seu desenvolvimento relativamente ao resto do país.

⁵ Os nomes dos bairros mudam com o tempo. Existe um conjunto de bairros mais antigos cujo nome é estável. Mas dentro deles ou em zonas mais periféricas das cidades nascem outras concentrações de população que começam a designar-se de algum modo que acaba por tornar-se um bairro em geral nos recenseamentos. A expansão de Bissau também tem vindo a absorver tabancas e mercados que estavam nos arredores e pouco a pouco foram ficando dentro da cidade. Para se ter uma ideia desta evolução toponímica veja-se as designações em 1905-1907 constante do “arrolamento de povoações e palhotas” na Ilha de Bissau (carta reproduzida em Armando Tavares da Silva, A presença portuguesa na Guiné. História política e militar (1878-1926), 2016, Caminhos Romanos, Lisboa).

menos quando se pretende dados para as regiões em que o país está dividido. Não sendo fiáveis os processos de registo civil dos nascimentos, dos falecimentos, ignorando-se a) o número de crianças que não chegam a entrar no sistema escolar, b) as migrações sobretudo aquelas realizadas por via terrestre ou marítima para os países da sub-região, c) as migrações internas do resto do país para a capital, d) a distribuição por bairros dos migrantes internos e externos na cidade de Bissau, só se devem considerar como fiáveis os resultados do Recenseamento de 2009. Tal opção significa que a utilização desses dados da população por região na construção de indicadores inclui um desvio da realidade que não se consegue calcular a não ser quando for realizado o próximo recenseamento. Nos nossos indicadores esse desvio é importante na área da saúde nos indicadores de número de pessoas por médico/enfermeiro/parteiros e outros profissionais.

No segundo e terceiro ano definiu-se como amostra 5% das localidades a serem inquiridas em todos os sectores, todos os centros de detenção⁶ e as duas prisões que já se tinham inquirido no primeiro ano, pelo menos uma escola de cada localidade e bairro e centro de saúde/unidade de saúde de base (sempre com um mínimo de 1 localidade por sector ou bairro), um máximo de 50 casas por localidade ou aquelas que estivessem na rua principal se o total na localidade fosse inferior.

Como se pode ver na Tabela 11 e 12, a percentagem foi em sempre ultrapassada para todas as áreas inquiridas, num processo onde os inquiridores escolhem deixando alguma margem de segurança para localidades onde uns indicadores podem ser bem recolhidos mas outros não. Por exemplo as escolas são instituições recetivas a inquéritos mas a polícia é em geral menos recetiva mesmo com as autorizações devidas da respetiva hierarquia. Se numa localidade o inquiridor conseguir a informação da escola mas não do centro de detenção tem de ir procurar noutra a informação em falta, mas não precisa de repetir aquela que já obteve. Outra questão são as escolas que servem várias localidades; se estão inseridas numa delas os

⁶ O centro de detenção da Polícia Judiciária em Bissau é mais uma prisão preventiva no processo judiciário do que um centro de detenção (ver Manitesse, 2016, pág.20); aliás é designado por “cárcere de prevenção” onde os acusados aguardam julgamento (op.cit).

inquiridores atribuem-na a essa localidade, mas se não estão inseridas numa específica, então os inquiridores tem tendência para referir o nome da escola nos mapas de dados mas indicarem todas aquelas que têm crianças naquela escola quando são questionados sobre quais as localidades que visitaram (Anexo II).

Tabela 11 – Localidades inquiridas em 2016

Finalidade da inquirição	%	Número
Localidades sem Bolama Bijagós Censo 2009	100	4245
Localidades inquiridas para a educação	6,2	262
Localidades inquiridas para a saúde	5,1	218
Localidades inquiridas para a habitação, energia e água	5,0	214
Localidades inquiridas para a justiça	5,4	230
Localidades inquiridas para meios de subsistência e saneamento	10,5	447

Fonte: Observatório dos Direitos, 2016 (mapas de dados) e Recenseamento 2009

No cálculo do número de famílias a serem inquiridas para os indicadores de meios de subsistência e de saneamento a percentagem de 5 % daria um volume de trabalho incomportável, como se pode ver na Tabela 12 com um total de 9.063 agregados a serem inquiridos. Assim decidiu-se optar por uma estrutura de agregados a inquirir que se aproximasse da estrutura de agregados nacional mas com números condizentes com o orçamento do projeto. Na tabela pode ver-se que esses agregados oscilaram entre 100 e 50 nas regiões conforme a população recenseada em 2009. Para o SAB, utilizou-se o número de agregados dos inquéritos aos orçamentos familiares que o INE executa, de 12 por bairro.

Como se pode ver na mesma tabela, em 2016, os inquiridores recolheram dados num número de famílias superior ao determinado com dificuldades já referidas em Quinara e Cacheu pelos motivos já referidos e o inquiridor de Oio contraiu uma doença da qual ainda não conseguiu restabelecer-se. Mas a estrutura final dos inquéritos executados é aceitável em relação à calculada inicialmente.

A escolha em concreto dos agregados familiares a inquirir foi objeto de uma indicação ao nível local de agregados com habitação permanente (segundo a definição do Recenseamento) e definição por

via da família tal como o chefe de família a indica e não por números de habitação do agregado familiar. Ou seja escolheram – se famílias que se definem como tal pelo fato de tomarem as refeições em conjunto independentemente do grau de parentesco e das habitações que ocupam se tiverem pelo menos uma habitação permanente.

Calculou-se assim uma taxa bruta de amostragem com base nos setores e bairros existentes e inquiridos:

Tabela 12 - Amostragem

Regiões e sectores existentes	Regiões e sectores onde foram recolhidos dados	Taxa de amostragem
BAFATÁ (Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboele, Gã-mamudo(Ganadu))	Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboele, Gã-mamudo(Ganadu)	6/6 (100%);
BIOMBO (Quinhamel, Safim, Prabis)	Quinhamel, Safim, Prabis	4/4 (100%);
BOLAMA/BIJAGÓS	Não foram recolhidos dados	n. a.
CACHEU (Bigene, Bula, Caió, Canchungo, Cacheu, S.Domingos)	Bigene (só 1º ano) , Bula, Caió, Canchungo, Cacheu, São Domingos (só a capital de setor e Ingoré)	5/6 (83,3 %) no 1º ano; 5/6 (83,3%) no 2º ano e 3º ano
GABÚ (Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco)	Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco	5/5 (100 %);
OIO (Bissorã, Farim, Mansaba, Mansoa, Nhacra)	Bissorã, Farim, Mansoa, Mansaba	4/5 (80 %) no 1ºano; 5/5 (100%) no 2º e 3º ano
QUINARA (Buba, Empada, Fulacunda, Tite)	Buba, Empada, Fulacunda Tite	4/4 (100 %)
TOMBALI (Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo)	Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo	5/5 (100 %)
SAB [Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelom de Cima e de Baixo, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda, Brá, Hafia, São Paulo, Penha, Djolo, Bissaque, Melhoramento, Internacional, Ajuda 1ª fase, Djogoro, Massa Cobra, Tete, São Vicente Paulo, Santa Luzia, Sintra Nema, Pluba de Cima e de Baixo, N' Dame, Lero, Lala Quema, Flefe, Rossiu, Calequir, Amedalai, Ilheu de Rei, Varela, Tchada, Setembro, Mindara, Chão de Papel]	Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelum de Baixo e de Cima, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda	16/45 (70,8 % da população)

Pode calcular-se para a estrutura da amostra recolhida um desvio padrão similar ao da série de todos os agregados recenseados em 2009 (Ver Sangreman, C., 2016).

Com esta forma de constituir a amostra temos, na realidade, vários tipos de amostragem podendo dividir em dois grandes grupos: a amostragem de conglomerados (escolas, centros de saúde, centros de detenção) onde se inquirim instituições em número finito e pequeno embora com número nacional sempre superior aos números indicados na teoria estatística (≥ 30 ou ≥ 100) e a amostragem aleatória para as localidades, as habitações e as famílias.

Podemos também calcular intervalos de confiança a 95 %, considerando que ambas as distribuições do universo e da amostra “normais” (Ver Sangreman, C., 2016)

Tabela 13: Agregados Familiares a inquirir para “Meios de Subsistência” e “Saneamento”

Regiões	Agregados 2009	Estrutura % dos agregados	5%	Decidido	Executado 2016	Diferença	Estrutura % executado
Bafatá	25611	14,2	1281	100	96	-4	13,0
Biombo	11844	6,5	592	50	50	0	6,7
Cacheu	23477	12,9	1174	100	120	20	16,2
Gabu	26284	14,5	1314	100	100	0	13,5
Oio	27396	15,1	1370	100	82	-18	11,1
Quinara	7757	4,3	388	50	50	0	4,9
SAB	47306	26,1	2365	192	207	15	27,9
Tombali	11578	6,4	579	50	50	0	6,7
SUB TOTAL	181252	100	9063	742	755	-1	100
Bolama/Bijagós	4215	2,3	211	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
TOTAL	185467	100	9273	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Observatório dos Direitos, 2016, mapas dos inquiridores, e Recenseamento de 2009

PARTE II – CONTEXTO GERAL

O conceito de Direitos Humanos

O quadro legal dos Direitos Humanos na Guiné - Bissau

A construção de indicadores de Direitos Humanos

A. O conceito de Direitos Humanos

A antiga Pérsia (cujo centro histórico se situava onde é hoje a República do Irão) é considerada como estando na origem do conceito de Direitos do Homem, no século VI a.C., no reinado de Ciro I, o Grande. Depois da conquista da Babilónia, em 539 a. C., o rei fez construir um cilindro (descoberto em 1879) que passou a ser conhecido como «a primeira declaração ou carta dos Direitos Humanos». Em 1971, a ONU traduziu esse cilindro para todas as línguas oficiais.

O cilindro contém leis de acordo com o tempo em que foi escrito: tolerância religiosa, abolição da escravatura, liberdade de escolha da profissão e expansão do império. Situa-se na tradição da Mesopotâmia, apresentando o ideal de um rei justo, na qual também se insere Hammurabi com o primeiro código de leis que se conhece, gravado em pedra cerca de 1750 anos a.C..

A história moderna dos Direitos Humanos, pode ser reportada à *Magna Carta* (1215) e à *Petition of Rights* (1628), mas começa sobretudo com a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (1789), durante a Revolução Francesa, e com a *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América* (1776), onde se afirma “*Consideramos estas verdades como auto-evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são a vida, a liberdade e a busca da felicidade*”, sendo ainda de referir a Convenção de Genebra (1864) sobre prisioneiros de guerra.

A noção de direitos mínimos, devido à simples existência como ser humano, ou direitos naturais, é antiga e surgiu em diferentes civilizações. Na história moderna, esta ideia passou a ser explícita na legislação, reconhecendo a sociedade um valor jurídico normativo superior a qualquer outra norma.

As críticas também existiram e vieram curiosamente ainda no século XVIII da Igreja Católica que defendeu, em 1791, que a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, pela sua natureza puramente filosófica, não podia substituir o direito canónico da Igreja. E nos tempos contemporâneos, de países como a China que defende que cada país pode ter a sua especificidade mesmo nessas matérias, ou grupos

terroristas como o Estado Islâmico ou o Boko Haram, que nem reconhecem a existência desse tipo de direitos.

Os documentos de referência para este Observatório de Direitos Humanos na Guiné-Bissau, para além do preâmbulo e dos artigos da Carta das Nações Unidas que referem os Direitos Humanos, são a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), adoptada pela Assembleia Geral da ONU, em 1948, a *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*, aprovada em 1981 e a *Declaração e Programa de Acção de Viena* em 1993.⁷

A Assembleia Geral da ONU proclamou a DUDH como “*o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objectivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adopção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efectiva*”.

8

A *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*, adoptada pela 18.^a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Africanos membros da Organização de Unidade Africana, de 1981, em Nairobi, no Quênia, é mais colectiva do que a anterior, salientando a sociedade de inserção do indivíduo, sem contrariar nenhum dos direitos pessoais daquela. Entrou em vigor em 1986. No seu texto, o centro é a presença de direitos colectivos (dos povos), como o direito à autodeterminação e à livre condução dos negócios.

No período de reconfiguração das relações internacionais pós – dissolução da URSS, a ONU, tendo como Secretário-Geral o egípcio Boutros Boutros-Ghali, organizou em Viena, em Junho de 1993, a primeira Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos depois de 1948, onde defendeu que “*Enquanto instrumentos de referência, os direitos humanos constituem a linguagem comum da Humanidade graças a qual todos os povos*

⁷ Também se poderia incluir o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, os documentos similares sobre a tortura, pena de morte, os prisioneiros de guerra, etc., e mesmo os documentos anteriores a 1948 como a Declaração Internacional dos Direitos do Homem de 1929, mas quisemos indicar apenas aqueles que consideramos configuradores de todos os documentos atuais.

⁸ Para o Sistema das Nações Unidas veja-se [OHCHR Management Plan 2014-2017](http://www.ohchr.org). On line em <http://www.ohchr.org>

*podem, ao mesmo tempo compreender os outros e escrever a sua própria história. Os direitos humanos são por definição a norma última de qualquer política. (...) Os direitos humanos não são o menor denominador comum de todas as nações mas, (...), a quinta-essência dos valores pelos quais nós afirmamos em conjunto que somos uma só comunidade humana”*⁹ A declaração final votada por 177 países (com os EUA, sendo Clinton presidente, a absterem-se) aprovou também a criação do Alto Comissariado para os Direitos Humanos dando uma maior dimensão e estatuto ao Centro para os Direitos Humanos da ONU então existente em Genebra, e considerou os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais como universais. O Programa de Ação, que foi aprovado em simultâneo com a Declaração, insiste também na necessidade dos países “*Por forma a reforçar o gozo dos direitos económicos, sociais e culturais, deverão ser consideradas novas abordagens, tais como um sistema de indicadores para a avaliação dos progressos realizados na realização dos direitos enunciados no Pacto Internacional sobre os Direitos económicos, Sociais e Culturais. Deve ser realizado um esforço concertado que garanta o reconhecimento dos direitos económicos, sociais e culturais aos níveis nacional, regional e internacionais.*” (Declaração e Programa de Viena, 1993, ponto 98)

Nos tempos de hoje, os Direitos Humanos são classificados em várias categorias – direitos de participação política; direitos cívicos e direitos de organização da sociedade civil. Entre os que se poderiam dar como primeiro exemplo o direito de votar, de eleger e ser eleito. Este é talvez o direito que melhor personifica esta primeira geração de Direitos Humanos. Deste decorrem outros, como por exemplo o direito de formar partidos políticos, direito de associação, liberdade de opinião e expressão, direito de petição, entre outros.

Designa-se esta primeira geração como Direitos e Liberdades Civas e Políticas.

A segunda geração de Direitos Humanos começou a tomar forma nos finais do século XVIII, inícios do século XIX. Os acontecimentos que lhe serviram de base foram a Revolução Industrial e as consequentes alterações profundas do modo de trabalhar e viver, sobretudo nos países europeus e dos EUA. Questões como horários de trabalho, férias, salários, condições de trabalho, associações de

⁹ Citado por Hervé Cassan em “La vie quotidienne à l’ONU au temps de Boutros Boutros-Ghali”, Paris, 1998.

trabalhadores e sindicatos foram os traços definidores desta geração. Daqui advém o termo que designa esta segunda geração de Direitos Sociais.

Pela semelhança de tratamento, outros direitos são incluídos nesta geração, embora datem de um período mais recente, o início do século XX. São os Direitos Económicos e Culturais. A associação aos direitos sociais, passando a formar um ramo dos Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, passa pela atitude que tradicionalmente se lhe reconhece face ao Estado.

Enquanto os Direitos Cívicos e Políticos pedem do Estado, *grosso modo*, um dever de abstenção, ou seja, não interferência no exercício pelas pessoas destes direitos; os Direitos Económicos, Sociais e Culturais pedem, por sua vez, uma atuação do Estado, uma atitude intervencionista de redistribuição de riqueza criada, consubstanciada em prestações em espécie ou pecuniárias.

Na visão geral sobre os Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais estão numa primeira ordem de observação, pois referem-se diretamente às condições físicas de existência. Reflectindo questões como a fome ou a ameaça à saúde pública decorrente da falta de saneamento e água potável, não se questionam em primeira instância com relação ao carácter não físico do direito de voto ou da liberdade de expressão garantida. Ou seja uma população pode ter direito de voto sem qualquer restrição de direitos políticos mas sofrer de má nutrição crónica ficando afetada nos seus direitos de acesso a uma alimentação suficiente para uma vida digna.

Continuando o percurso cronológico do discurso dos Direitos Humanos, em meados do século XX, duas tendências marcam a terceira geração de Direitos Humanos: os movimentos de autodeterminação dos países colonizados e os movimentos feministas.

A terceira geração caracteriza-se, assim, pelos Direitos dos Povos, como o direito à autonomia territorial, à liberdade de viver em comunidade de acordo com a cultura e identidade próprias, em tudo o que lhe é inerente.

Caracteriza-se também pelo movimento de emancipação da mulher, tanto no que diz respeito ao movimento pelo voto feminino, como à luta pela igualdade nos locais de trabalho, pelo acesso ao ensino superior e ao topo das carreiras que eram ou são ainda predominantemente masculinas.

A quarta geração de Direitos Humanos aparece no final do século XX, estando ainda a formar-se e a definir-se no século XXI.

Caracteriza-se por serem direitos de titularidade coletiva e terem um cunho predominantemente solidário e não individualista. Fazem parte desta geração os direitos ambientais e os direitos que protegem as pessoas das consequências das novas tecnologias, sendo que cabem aqui as referentes à informação, à privacidade, até à medicina e cuidados de saúde. Pode – se exemplificar em questões como a clonagem, as escutas/espionagem dos cidadãos pelo próprio Estado, o controle sobre os conteúdos da internet, a gravação não autorizada de comunicações por telemóveis ou outros meios, a possibilidade cada vez maior de cruzar ficheiros unificando informação sobre indivíduos e sobre entidades coletivas, em processos face aos quais o livro de Orwell e o seu Big Brother já parecem muito primitivos.

B. O quadro legal dos Direitos Humanos na Guiné – Bissau¹⁰

A Guiné-Bissau assume na sua constituição que os Direitos Humanos fazem parte do quadro de direito interno do Estado guineense, assumindo a Declaração Universal de 1948 como quadro legal nacional. Os documentos de referência mais recentes são a análise ao país feita em 2009 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e os três relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos (2008, 2012 e 2016). Há ainda estudos, uns mais aprofundados que outros, sobre grupos sociais como a mulheres – “Um retrato da violência contra as mulheres na Guiné – Bissau”, Sílvia Roque e mais cinco investigadores, 2011,

¹⁰ A fonte deste ponto é o capítulo de Yasmine Cabral in Augusta Henriques e outros (2015), *Desafios ora di diritu*, ACEP, Lisboa, excepto outras referências.

UNWomen, UNFPA, UNDP e UNIOGBIS – ou as crianças – várias obras da AMIC, ACEP, UNICEF e OIT sobre tráfico ligado às crianças que vão para o Senegal aprender o Corão em condições de escravidão – os talibés -, trabalho infantil e abuso e exploração sexual Assim a legislação guineense consagra expressamente o quadro legal de penas sobre a violência contra as mulheres (mutilação genital feminina/excisão, violência doméstica, casamento forçado e casamento precoce) bem como a violação, o abuso sexual e o tráfico. Consagra igualmente a liberdade cívica e política na linha da primeira geração de Direitos Humanos, bem como os direitos das crianças em especial a defesa contra o tráfico de crianças para exploração sexual ou trabalho forçado. Refira-se que o fenómeno do trabalho infantil ainda está muito pouco tratado na legislação guineense. Yasmine Cabral (2015, pp.351) afirma que *“Não obstante o reconhecimento e a incorporação dos principais instrumentos internacionais e regionais em Direitos Humanos, nomeadamente o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Contra as Mulheres, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Protocolo à Carta Africana relativo aos Direitos das Mulheres e o Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança em África”* o país continua a ter dificuldade na colocação prática do conteúdo destes documentos. Como se pode constatar pelos três relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos (2008/2009, 2011/2012 e 2013/2015) ou por relatórios internacionais, os Direitos Humanos de Liberdades Cívicas e Políticas ainda são constantemente violados sobretudo em períodos de instabilidade com intervenção dos militares que apenas a partir das eleições de 2014 se abstiveram de intervir na política do país. As restantes gerações de Direitos têm uma precaridade grande dependendo dos padrões de comparação tomados. Mas mesmo se ficarmos apenas na sub-região da Senegâmbia para comparação, os indicadores existentes para os restantes países demonstram que o direito a saúde, educação, segurança humana, etc., estão em geral mal colocados na Guiné-Bissau.

C. A construção de indicadores de Direitos Humanos

Os indicadores quantitativos são condição necessária mas não suficiente para uma análise do acesso aos Direitos Humanos no país. Os fenómenos deste tipo necessitam de indicadores qualitativos para que se percebam as indicações que os números podem facultar. Nestes três anos de projecto a preocupação foi conseguir o objectivo de ter indicadores quantitativos fiáveis que pudessem dar maior consistência à análise feita pelos relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos, focados sobretudo nos Direitos Cívicos e Políticos.

A construção desse tipo de indicadores de Direitos Humanos na Guiné – Bissau enquadra-se no Projecto do Observatório dos Direitos, parte de quatro critérios, válidos em qualquer país, que têm de se verificar em simultâneo na escolha dos indicadores:

1º Correspondência com a análise da realidade social, política e económica do país (Guiné Bissau), resultante da forma como o actual governo, o presidente da República, os partidos políticos e organizações da sociedade civil em especial quando referem o tema dos Direitos Humanos, por organizações internacionais como a ONU, o Banco Mundial, a União Africana ou a UNESCO, e pelos países e organizações internacionais parceiros de desenvolvimento desde à várias dezenas de anos como a União Europeia, Portugal e França¹¹.

2º Enquadramento internacional nos documentos específicos produzidos sobre o tema dos Direitos Humanos e dos indicadores associados, como a Declaração dos Direitos Humanos, a Carta Africana, a Declaração de Viena, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2000, PNUD, Capítulo V,

¹¹ Na prática os últimos anos, sobretudo desde as eleições de 2014, estão sujeitos a várias interpretações conforme os autores individuais ou colectivos que as escrevem. Consideramos como referencia a análise feita em Carlos Sangreman, Fátima Proença e Luís Vaz Martins com o título “Guiné-Bissau – a evolução 2010-2016” disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/WP148.pdf>.

e o documento Indicateurs des Droits de L'homme- guide pour mesurer et mettre en oeuvre, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2012 e no Rapport de la Haut-Commissaire des Nations Unies aux Droits de l'Homme de 2011 que trata principalmente da utilização de indicadores na realização de Direitos económicos, sociais e culturais.

3º Adoptarem uma metodologia de recolha de informação credível e possível em todas as regiões com os recursos existentes. A existência de uma longa lista de indicadores de DH pressupõe sempre uma escolha atendendo á capacidade de recolha de dados da estrutura que se propõe executar e aos recursos disponíveis para essa execução. A definição teórica de um indicador só serve fora do mundo académico se for possível recolher dados que demonstrem a sua validade e evolução.

4º Compreensão fácil do seu significado. É fundamental, no nosso entender, que os indicadores construídos possam ser divulgados de forma o mais alargada possível e por conseguinte que sejam compreendidos facilmente por pessoas de grupos sociais com diferentes níveis de instrução e interesse pelo tema.

Tais critérios enquadram-se perfeitamente nas características gerais dos indicadores de DH definidos pela literatura da área para a atual geração de indicadores:

Robustos, pertinentes e fiáveis	Relacionados com os DH	Globais e Locais
Independentes	Simple e específicos	Transparentes

Robustos, pertinentes e fiáveis: Ou seja os indicadores escolhidos têm de ser recolhidos e calculados de forma segura, que não varie com o tempo e se possível testada internacionalmente; têm de ser significativos para aquilo que queremos analisar com esses indicadores e têm de ser recolhidos por processos que mereçam confiança e não casuais.

Independentes: Os indicadores têm de ser independentes de outras estatísticas para além das incluídas no seu cálculo e independentes de quem faz as perguntas de recolha de informação.

Globais/locais: Os indicadores devem poder ser calculados para o total do país mas também devem poder ser calculados ou ventilados por regiões, grupos sociais, género ou outro tipo de divisão analítica social;

Transparentes: Os indicadores têm de ser claramente relacionados com os DH, ser de fácil leitura e interpretação.

Simple e específicos: Um indicador quanto mais simples for melhor. Se juntar muitas variáveis torna-se inútil de interpretar socialmente.

Como para outras áreas da vida humana, o sistema estatístico em geral não produz informações específicas sobre os Direitos Humanos mas produz números que podem ser lidos à luz da problemática dos DH.

Assim devemos imaginar indicadores que utilizem as estatísticas administrativas e sectoriais já produzidas, completadas por outros recolhidos expressamente para acompanhar a evolução dos DH, incluindo indicadores estruturais, de processo e de resultados.

O sistema de produção estatística guineense é decalcado do português, com legislação e um órgão central – o Instituto Nacional de Estatística com delegados nas regiões¹², que tem uma produção de informação com regularidade, incluindo um índice de preços no consumidor mensal.

A figura dos órgãos delegados existe com o Ministério da Educação, da Saúde e da Justiça, mas o ponto central da produção estatística são “as informações estatísticas pertinentes para a tomada de decisões na implementação e impacto de políticas em particular no tema de Luta Contra a Pobreza levado a cabo

¹² Site http://www.stat-guinebissau.com/sistema_estatistico/sistema_estatistico.htm.

pelo Governo da Guiné-Bissau” (INE). Tem um protocolo com a UNICEF para produção de informação regular direccionada para as mulheres e as crianças, recolhida junto das famílias¹³ (Multiple Indicator Cluster Surveys - MICS¹⁴). As operações estatísticas são executadas, em geral, com o apoio de financiadores externos através de protocolos de parceria.

A inclusão no sistema estatístico nacional guineense da recolha de dados de acesso a Direitos Humanos seria desejável pois daria condições de sustentabilidade melhores que qualquer projecto, mas teria de ter financiamento externo enquanto o Estado guineense não conseguir ter orçamento capaz de o fazer. Teria além disso de ter âmbito nacional, uma vez que um sistema estatístico, por definição, não pode ter um subsistema que abranja apenas uma parte do país, como é o caso do projecto Observatório de Direitos que recolhe informações em todas as regiões e no Setor Autónomo de Bissau mas deixa a região de Bolama-Bijagós de fora (antiga capital e todo o arquipélago dos Bijagós), embora aconteça que ao iniciar um subsistema se comece pela capital e se vá estendendo à medida que haja recursos humanos e financeiros como é exemplo o índice de preços no consumidor em diferentes países e também na Guiné - Bissau. Ou os indicadores sobre empresas, em que se começa em geral pelas mais organizadas e de maior dimensão estendendo-se progressivamente a outras. Mas nestes casos os dados não são considerados como abrangendo o universo nacional mas sim como dados para estudos de casos.

¹³ Vamos utilizar o termo “família” como sinónimo de “agregado familiar” segundo a definição do recenseamento de 2009 (INE, 2009).

¹⁴ Veja-se a metodologia em http://www.inegi.org.mx/eventos/2011/Infancia_Adolescencia/doc/5-Turgay%20Unalan%20UNICEF-NY.pdf.

PARTE III -

ANÁLISE POR TEMAS DE DIREITOS HUMANOS RECOLHIDOS

Educação

Saúde

Habituação, água, energia e saneamento

Justiça

Meios de Subsistência

A. Direito à educação

1. Frequência escolar no ensino básico (1^a-6^a classe) por sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

O contexto de funcionamento das escolas voltou a tornar-se mais instável com greves de professores e manifestações de alunos pelo recomeço das aulas. Esta instabilidade reflectiu-se em todas as regiões (Tabela 1.1), tendo havido mais abandono em 2016 do que em 2015 com um maior agravamento em Quinara.

Assim se confirma a dependência do funcionamento das escolas das condições de pagamento atempado de salários e de outras reivindicações dos professores. Ou seja, o direito à educação é uma função direta das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam a perturbações nas escolas em especial o pagamento dos salários.

O índice de abandono global da amostra de 7,6 para rapazes e 9,2 para raparigas em 2016 este ano representa uma subida em relação a 2015 (onde foi 3,9 e 4,1 respectivamente), mas sem atingir valores de dois dígitos como em 2014. Mantém-se aquilo que afirmámos quanto a não ser verdade que haja uma diferença significativa entre géneros quanto ao abandono do estudo no ensino básico, excepto em Bafatá e Gabu. Em Tombali a prática generalizada em todas as regiões, de mudar alunos de escolas que deixam de funcionar para escolas a funcionar, leva a números que não se conseguem interpretar.

Comparando através da Tabela 1.1 podemos ver que o abandono em 2016 manteve a estrutura rapazes/raparigas nas escolas do ensino básico. Como a demografia e as projecções da população por escalões etários (INE, Bissau, 2016) nos dizem que nascem mais rapazes que raparigas (106/100) estes dados indicam que os futuros homens ficam fora do sistema de ensino mais do que as futuras mulheres.

Mas este indicador apenas pode ser indicio desse fenómeno e não dar – nos indicações mais precisas, já que aquilo que se sabe sobre as estratégias das famílias com poucos rendimentos continua a ser de privilegiar os rapazes no acesso a educação formal.

Tabela 1.1: Abandono e relação de género no ensino básico 1^a-6^a classe

Região	Percentagem de alunos que começaram, mas abandonaram o ensino durante o ano letivo e relação de género (1 ^a -6 ^a classe)				Recenseamento 2009
	Abandono		Relação H/M início	Relação H/M final	Relação H/M (*)
	Homens	Mulheres			
Bafatá	1,6	6,6	1,1	1,1	1.0
Biombo	16,4	16,1	1,1	1,1	1.1
Cacheu	9,2	10,2	1,1	1,1	1.1
Gabu	2,9	4,7	1,1	1,1	1.0
Oio	7,4	6,3	1,5	1,5	1.2
Quinara	13,7	15,1	1,3	1,3	1.2
Tombali	-1,0	-0,7	1,2	1,2	1.1
SAB	7,2	8,7	0,9	0,9	0.9

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016 e INE

(*) Também apelidado de “Índice de paridade”. Dados do Recenseamento de 2009 para as Crianças entre 6-11 anos a frequentar a escola.

Recolheram-se dados em 22 escolas que leccionam ensino a nível das 7^a-9^a classes nas regiões de Biombo, Cacheu e SAB. Como se pode ver na Tabela 1.2, contrariamente ao que se poderia considerar que quem prossegue os estudos é porque quer concluir um nível mais alto de educação e portanto não abandona aquilo que começou, as taxas de abandono nestas escolas são ligeiramente mais altas que as classes de 1^a-6^a com excepção do abandono masculino no Biombo. Mesmo assim a diferença é pequena.

Para mais como o número de alunos por professor é mais baixo e supostamente a qualidade dos docentes melhor, o ensino deveria ter mais aproveitamento, apesar destas classes funcionarem nas mesmas escolas que têm o nível 1^a-6^a. Não temos explicação para esta similaridade a não ser que não exista uma diferença de qualidade de ensino entre um nível e outro. As fotografias que temos dessas classes mostram que as condições físicas de funcionamento são idênticas às das classes anteriores com pouco material didáctico, electricidade rara para haver computadores e internet. Nesse caso em situações de funcionamento deficiente por motivo de greves de professores ou más condições físicas das escolas as classes serão todas afectadas e as famílias terão o mesmo comportamento de retirar as crianças da escola.

Tabela 1.2: Abandono por género e alunos por professor (7^a-9^a classes)

Região	Percentagem de alunos que começaram, mas abandonaram o ensino durante o ano letivo e alunos por professor nas 7 ^a -9 ^a classes			
	Abandono masculino	Abandono feminino	Alunos por professor no início	Alunos por professor no final
Bafatá	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
Biombo	12,1	16,8	14	12
Cacheu	16,2	12,2	7	6
Gabu	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
Oio	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
Quinara	0,97	2,33	52	51
Tombali	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
SAB	10,4	15,2	38	28

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Como conclusão da análise deste indicador além do que já afirmámos da articulação do abandono com o funcionamento das políticas de educação e do pagamento atempado dos salários, estas taxas de

abandono se forem somadas a 41 % de crianças de ambos os sexos no escalão etário 6-11 anos (dados de Censos 2009) que não chegam a entrar na escola constituem um lastro negativo enorme para o desenvolvimento presente e futuro do país.

2. Número de alunos por professor no início e no final do ano lectivo (1^a -6^a classe)

Como já dissemos em Sangreman (2015), este é um indicador que mede o direito de acesso ao ensino pretendendo ter uma dimensão mais qualitativa. Ou seja quanto mais alunos um professor tem, menos atenção dá a cada um deles e portanto o ensino que ministra é mais impessoal, baixando a possibilidade de sucesso dos alunos, sobretudo os que não têm qualquer ajuda fora da escola, familiar ou por explicações. Lido à luz dos conceitos de Direitos Humanos quanto maior é o ratio menos possibilidade têm as crianças de exercer o seu direito de acesso ao ensino.

O número ideal de alunos por professores no ensino básico não existe pois depende da qualidade dos professores, dos materiais e outros meios utilizados no ensino, apesar de haver autores que referem o número de 40 alunos por professor.

Se compararmos com outros países da Africa Sub Saariana na sub-região,¹⁵ a base de dados do Banco Mundial, no ano mais recente de 2014, (não tem dados referentes a Guiné-Bissau), dá-nos para o Senegal com 32 alunos por professor no básico, a Gâmbia com 37 e a Guiné-Conacri com 46, num intervalo {32;46}. Ou seja, na Guiné – Bissau, em 2016 teremos o SAB e Cacheu com valores na mesma ordem da sub-região, tal como no ano anterior, o Biombo melhor, Bafatá e Gabu pior. As restantes regiões estão no intervalo dos países da sub-região.

¹⁵ Fonte: <http://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.ENRL.TC.ZS>

Tabela 2.1: Alunos por professor no início e final do ano letivo, nas 1^a-6^a classe

Região /Anos	Número			
	Início	Início	Final	Final
	2015	2016	2015	2016
Bafatá	59	65	61	66
Biombo	36	33	30	28
Cacheu	38	35	36	33
Gabu	71	70	71	67
Oio	56	48	51	45
Quinara	50	60	49	52
Tombali	56	43	56	43
SAB	37	29	34	32

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Estes indicadores construídos com médias aritméticas escondem a disparidade de condições em que as escolas funcionam. Se tal é visível nas fotografias tiradas pelos inquiridores, pode perceber-se melhor com a Tabela 2.2 ficamos com uma ideia das desigualdades existentes. Em escolas onde cada professor tem a seu cargo um número de alunos como os máximos dessa Tabela não há nenhuma qualidade de ensino mesmo funcionando por turnos.

Tabela 2.2: Valor Máximo, Médio e Mínimo de alunos por professor no início do ano nas escolas (1^a-6^a classe)

Região /Anos	Valores					
	2015			2016		
	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média	Mínimo
Bafatá	236	59	17	145	65	26
Biombo	96	36	20	93	33	19
Cacheu	68	38	14	68	35	16
Gabu	177	71	33	139	70	38
Oio	97	56	26	102	48	27
Quinara	105	50	29	112	60	26
Tombali	94	56	31	63	43	29
SAB	52	37	29	58	29	13

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico (1^a-6^a classe).

Com exceção de Bafatá não houve alterações significativas em relação a 2015. No SAB verificou-se que a presunção da distância ser 1 km pouco se alterou com uma medida mais rigorosa. Note-se que as localidades inquiridas não são as mesmas embora possa haver repetições de escolas nos bairros de Bissau e no perímetro das maiores cidades.

As distâncias médias recolhidas para as regiões são as da Tabela 3.1:

Tabela 3.1: Distância entre habitação e uma escola de ensino básico

Região /Anos	Km	
	2015	2016
Bafatá	6.0	8.0
Biombo	3.0	4.0
Cacheu	2.0	3.0
Gabu	2.70	3.0
Oio	2.0	2.0
Quinara	0.78	0.7
Tombali	2.0	2.5
SAB	1.0	0,95

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Se calcularmos uma média simples temos a distância de 3,0 km quando no ano de 2015 tínhamos 2,4 km. Se retirarmos o SAB temos uma distância média de 3,3 km (2,6 para 2015). Ou seja confirma-se que cada criança fora de Bissau tem a escola mais próxima a uma média de cerca de 3 km de distância, com certeza mais curta nas cidades/vilas das regiões e mais longe no espaço rural. Este indicador depende do número de escolas a funcionar e influencia o abandono precoce pois quanto mais longe de casa mais propenso o abandono, se a escola funciona mal. Bafatá mantém uma distância média superior a qualquer outra região, contribuindo para a taxa que se verifica nesse indicador.

B. Direito à saúde

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

Este indicador foi escolhido para obviar à relatividade da distância entre a habitação e o local de assistência de saúde conforme as patologias (Sangreman, 2015). Ou seja 3 km podem ser pouco ou muito conforme a doença de que padece quem tenha de os percorrer.

Tabela 4.1: Distância entre habitação e um local onde exista consulta pré-natal

Região/Anos	Km	
	2015	2016
Bafatá	7	7
Biombo	7.4	5
Cacheu	8	7
Gabu	5.2	6
Oio	10	11
Quinara	10.8	12
Tombali	8	7
SAB	2.1	1,7

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Em relação à amostra do ano anterior os resultados obtidos não têm um agravamento ou uma melhoria significativa. Em Quinara e Oio as distâncias a percorrer para uma grávida têm dois dígitos e contribuem para que as mulheres não possam exercer o seu direito à saúde em condições aceitáveis para o seu estado de gravidez. Mesmo considerando as restantes regiões apenas o SAB pode ser considerado como aceitável (para mais sendo onde existem mais alternativas a transportes) se continuarmos a considerar como no ano de 2014 que no espaço rural guineense, andar a pé, 3 – 4 km seja aceitável mas e 6 -8 km já

seja uma distância difícil de percorrer para uma mulher grávida. A melhoria na região do Biombo tanto pode corresponder a um melhor funcionamento dos postos de saúde como a uma diferente escolha de localidades.

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

Este indicador fornece elementos de grande diferenciação entre as regiões como podemos ver na Tabela 5.1.

Tabela 5.1: Custo total médio de consulta pré-natal

Número de ordem	Região	Custo em FCFA	
-	Oio	1482	n.i.
2	Quinara	1800	1388
1	Biombo	3825	500
3	Bafatá	2391	1914
4	Cacheu	2700	2762
5	SAB	10054	3300
6	Gabu	3195	3779
7	Tombali	4250	7321

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Se considerarmos o custo como um indicador de acesso, ou seja quanto mais alto for o custo mais baixo é o acesso a este tipo de serviço de saúde, temos a escala por regiões apresentada na mesma tabela.

Tabela 5.2: Custo médio de cartão, consultas e análise de consulta pré-natal

Região	Custo em FCFA			
	Consulta	Cartão	Análise	Total
Bafatá	0	0	1914	1914
Biombo	0	0	500	500
Cacheu	0	717	2045	2762
Gabu	0	3779	0	3779
Oio	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
Quinara	0	0	1388	1388
Tombali	0	0	3300	3300
SAB	2415	1325	3581	7321

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Mas o que acontece na realidade (Tabela 5.2) é que o número de regiões que passou a ter apoio de projetos aumentou estes dois anos. Por exemplo Bafatá tem 14 centros onde a análise é grátis e outros 17 onde custa uma média de 1904 FCFA; Biombo tem 3 centros onde a análise custa uma média de 500 FCFA e outros 18 onde é grátis, Tombali tem 2 centros onde o custo médio da análise é 3.300 FCFA e 12 onde é grátis, etc... Aliás em duas das regiões inquiridas a população começou a referir-se ao Centro de Saúde como “hospital” embora os médicos não o façam como forma de afirmar que as funções/capacidades têm aumentado. Assim as recolhas perdem validade quando se comparam custos.

Se esses projetos têm ou não adquirido sustentabilidade de forma a poderem continuar mesmo que os financiadores externos se retirem, não temos informação. Mas o que nos dizem os inquiridores é que nos períodos em que um projeto interrompe o funcionamento os custos sobem imediatamente.

Há portanto uma melhoria no acesso a consultas pré-natal, que é um fator importante na mortalidade infantil, mas assente em bases frágeis, dependendo num grau que julgamos alto das políticas de cooperação e ajuda internacional.

Tabela 5.3: Dias de consumo de arroz expressos em custos de consulta pré natal (*)

Região /Anos	Custo de saco de arroz de 50 Kg		Dias	
	2015	2016	2015	2016
Bafatá	16000	17500	4.5	3,3
Biombo	17500	16500	6.6	0,9
Cacheu	17000	17000	4.8	4,9
Gabu	16500	16250	5.8	7,0
Oio	17000	17500	2.6	n.i.
Quinara	17500	17500	3.1	2,4
Tombali	15000	17500	8.5	5,7
SAB	17500	16500	17.2	13,3

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

(*) Considerando que cada agregado familiar consome um saco de 50kg de arroz por mês.

Para procurarmos perceber se estes custos são ou não elevados podemos comparar com o preço do saco de arroz de 50 kg¹⁶ comprado no mercado da capital da região (Tabela 5.3) verificando que tal percentagem varia entre menos de um dia (Biombo) a 13 dias (SAB). A melhoria que referimos, entre 2015 e 2016, dos custos da consulta pré-natal atenua a dificuldade das mulheres grávidas irem a estas consultas, mas sobretudo no SAB ainda se mantém muito altos.

6.Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

Este indicador junta preços de medicamentos para as doenças mais vulgares no país que se podem comprar em farmácias ou postos de venda. A sua recolha tem as mesmas limitações do indicador anterior devido a projectos de cooperação/ajuda internacional de distribuição de medicamentos. Em 2016 a dimensão média na família na nossa amostra diminuiu ligeiramente em relação a 2015 (9,7 – 10,3) (ver indicadores de Meios de Subsistência) mas essa diminuição não é suficiente para alterarmos a convicção que com uma estrutura familiar, com a presença simultânea de crianças, jovens e adultos em praticamente todos os agregados, tem uma alta probabilidade de uma família ter estas doenças num ano. No caso do paludismo este indicador refere o medicamento para crises da doença não muito graves (para mais graves ver indicador seguinte).

¹⁶ Note-se que o arroz é objeto de medidas de política que em geral consistem na importação (a preços baixos ou por doação) de sacos, vendidos no mercado a preço fixo definido pelo Governo como forma de baixar o custo.

Tabela 6.1: Dias de consumo de arroz expressos em custos de medicamentos

Região /Anos	Custo total de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil		Número de dias	
	2015	2016	2015	2016
Bafatá	3692	2940	6,9	5,0
Biombo	3268	1596	5,6	2,9
Cacheu	1230	825	2,2	1,5
Gabu	3079	2931	5,6	5,4
Oio	5038	4880	8,9	8,6
Quinara	3361	3105	5,8	4,5
Tombali	681	559	1,4	1,0
SAB	5298	5522	9,1	10,0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Tabela 6.2: Custo de paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil

Regiões	Paludismo	Febre	Diarreia	Dores	Hidratação	TOTAL
Bafatá	910	470	460	580	520	2940
Biombo	0	310	905	381	0	1596
Cacheu	0	825	0	0	0	825
Gabu	849	523	471	495	593	2931
Oio	826	921	1682	694	865	4988
Quinara	276	1238	369	1081	141	3105
Tombali	300	100	159	100	0	559
SAB	1553	1154	1116	1278	422	5522

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Se tomarmos os custos como um indicador de possibilidade de acesso, então é evidente que o acesso a medicamentos não é o mesmo para todo o país. Se considerarmos que o valor zero na recolha de custos significa que o medicamento é doado às populações pelas estruturas de saúde com fundos de algum projeto de cooperação internacional, então temos que Cacheu está melhor que qualquer outra. Para a região de Tombali os preços recolhidos só podem significar que existem projetos que distribuem esses medicamentos diretamente ou através das farmácias baixando a custo total. O exemplo mais claro é Cacheu que era uma das regiões mais caras em 2014, e passou nos anos seguintes a ter um dos custos mais baixos. Como consequência o custo medido em dias de consumo de arroz diminuem tornando os medicamentos mais acessíveis (Tabela 6.1) exceto no SAB onde se mantém estável.

Com esta presença de projectos, o acesso à saúde melhora (inverso dos custos) e mantém-se em 2016 a ausência de um mercado definidor de preços via oferta e procura.

7.Custo de consulta, exames, análises, medicamentos, soro e outros para paludismo de 3 cruces

Este indicador completa o anterior procurando saber o custo de acesso a saúde no caso de uma situação mais grave de paludismo. Do debate com os inquiridores concluiu-se que a situação mais frequente, mais grave, tratável no país era o paludismo de 3 cruces. Ou seja um paludismo que pode matar o doente se não for tratado apesar de a escala contemplar 5 cruces como valor máximo. Assim, definiu – se um padrão de tratamento composto por exames, medicamentos, soro e outros e recolheram-se informações sobre o custo de cada. Os resultados para 2015 e 2016 estão na Tabela 7.1

Tabela 7.1: Dias de consumo de arroz expresso em custos de tratamento

Região /Anos	Custo de tratamento de paludismo de 3 cruces		Dias	
	2015	2016	2015	2016
Bafatá	4.895	5.961	9.2	n.i.
Biombo	6.169	4.319	10.6	7,9
Cacheu	1.277	2.275	2.3	4,0
Gabu	17.427	12.941	31.7	23,9
Oio	7.269	8.869	12.8	15,2
Quinara	15.615	23.930	26.8	41,0
Tombali	7.120	3.322	14,2	5,7
SAB	19.252	26.235	33.0	47,7

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Coerente com os preços do indicador anterior temos Tombali (este com uma descida que precisaria de uma verificação local) e Cacheu com custos mais baixos mantendo-se o Setor Autónomo como o mais caro. Não se recolheu este indicador em Bafatá. As variações não permitem ter um padrão geral; numas regiões os custos sobem (SAB, Oio, Cacheu) noutras baixam (Biombo, Gabu e Tombali). Tal deve-se provavelmente a existência ou não de projetos que financiam os medicamentos para esta patologia mas a consequência é que para a população o acesso a saúde se torna instável, num ano sendo acessível no seguinte já não.

Utilizando a mesma escala que o indicador anterior, teríamos os dias, expressos em custo de arroz diário, indicadas na última coluna da Tabela 7.1 e que tem para o SAB, Oio e Gabu valores que para muitas famílias devem ser impossíveis de cobrir sem endividamento.

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

A construção deste indicador parte da tese que os profissionais de saúde no serviço público exercem apenas numa instituição, eventualmente acumulando com actividade privada (em clínicas de privados, de missões religiosas ou consultórios individuais). Uma vez que essa situação profissional é vista como estando nas margens da legalidade, não se consegue inquirir, nem junto das instituições nem junto dos próprios profissionais, embora seja vulgar a referencia a essa prática em conversas com dirigentes de centros de saúde. Continuamos convictos que o mesmo profissional pode trabalhar num hospital durante um período do dia ou da semana e num centro de saúde ou noutra hospital no restante período, sendo pago por ambos. Essa prática implica que este indicador deva ser lido como os profissionais que prestam

serviço no local inquirido sem mais referências. Ou seja interessa-nos ler este indicador a partir do acesso das famílias a pessoal de saúde mesmo que esse pessoal multiplique os seus locais de trabalho.

Mas o indicador comparável em 2014 e 2015 é o número de habitantes por tipo de pessoal médico ou enfermeiros bem como o número de mulheres por parteiras, calculado a partir da amostra recolhida e da população do recenseamento de 2009 (ver ponto de metodologia).

Tabela 8.1: Número de habitantes por profissionais de saúde

Região	Número					
	2015			2016		
	Médicos	Enfermeiros	Número de mulheres por Parteira	Médicos	Enfermeiros	Número de mulheres por Parteira
Bafatá	3684	3231	9423	2308	2121	2962
Biombo	24280	3133	9858	24280	2023	4929
Cacheu	8750	2831	8811	8750	2790	8077
Gabu	30790	3781	26504	30790	3716	21203
Oio	16046	4405	8005	37441	9767	16009
Quinara	12722	1078	5891	21203	1928	6185
Tombali	15823	1899	23495	13563	1862	15663
SAB	4459	1029	1977	5968	1830	2485

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Verificamos que há um maior acesso a médicos em Tombali e Bafatá, menor acesso em Oio e as restantes mantem-se constantes. Já para os enfermeiros o acesso piora no SAB e em Oio e melhora ligeiramente nas restantes. O mesmo no que respeita a mulheres por parteira, sendo que neste caso os

dados de Quinara são surpreendentes mas o inquiridor confirma. A diminuição do acesso a profissionais de saúde em Oio é o mais grave mas não temos informação da sua origem.

Existem ainda dois outros tipos de profissionais – os agentes de saúde e os agentes comunitários de saúde – mas o seu número nas regiões revelou-se muito difícil de determinar seja pela contratação ser muito precária, seja pelo pagamento variar com facilidade seguindo as disponibilidades de verbas. As recolhas efectuadas em 2015 e 2016 constam da Tabela 8.2, mas os números são pouco fiáveis.

Tabela 8.2: Número de habitantes por agentes de saúde

Região	Número			
	2015		2016	
	Agentes auxiliares de saúde	Agentes de saúde comunitários	Agentes auxiliares de saúde	Agentes de saúde comunitários
Bafatá	19.092	244	7.778	195
Biombo	(*)	537	(*)	478
Cacheu	(*)	535	24.064	553
Gabu	(*)	576	71.843	560
Oio	8.640	808	44.929	2.080
Quinara	(*)	167	(*)	1010
Tombali	(*)	(*)	23.735	(*)
SAB	14.920	4.910	64.652	(*)

(*) Não foram recolhidos ou não existem.

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Para o cálculo deste indicador utilizámos os dados recolhidos pelo Observatório e os números de população do recenseamento de 2009 já que como já se explicou no ponto sobre amostragem não existem projecções demográficas para as regiões a não ser aquelas que assentam em taxas médias de crescimento

dos recenseamentos realizados no país ¹⁷(válidas apenas para grandes números) pois os dados de base regionalizados sobre mortalidade, natalidade e migrações (internas ou para o exterior) não existem ou não são fiáveis. Um indicador mais utilizado internacionalmente mas menos legível de imediato é o número de médicos por 1000 habitantes. A Guiné Bissau está um pouco acima do Senegal e abaixo da Gâmbia (segundo a base de dados da OMS).

Tabela 8.3: Médicos por 1000 habitantes

Região	Permilagem (‰)	
	2015	2016
Bafatá	0,27	0,43
Biombo	0,04	0,04
Cacheu	0,11	0,11
Gabu	0,03	0,03
Oio	0,06	0,03
Quinara	0,08	0,05
Tombali	0,06	0,07
SAB	0,22	0,17

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

As variações são ínfimas exceto em Bafatá para melhor e Oio e o SAB para pior. Em geral comparando 2015 e 2016, o SAB seguido de Cacheu estavam melhores providos de recursos de saúde para uma maior garantia que o direito de acesso seja cumprido.

¹⁷ Depois da independência foram efectuados os recenseamentos de 1979, 1991 e 2009.

D. Direito habitação, energia, água e saneamento

HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto

Este indicador procura dar informação sobre a qualidade de vida da população partindo do princípio que o número de pessoas por quarto deve ser entre 1 e 2¹⁸. Note-se que não se pode utilizar a definição de “quarto para dormir” pois é vulgar a utilização para diferentes atividades familiares da mesma divisão da habitação, sobretudo para as pessoas mais pobres que têm poucos móveis de casa.

Tabela 9.1: Número de pessoas por quarto

Região	Número	
	2015	2016
Bafatá	3.6	3,7
Biombo	2.5	2,5
Cacheu	2.8	2.5
Gabu	2.3	2,4
Oio	2.5	2,5
Quinara	2.3	2.0
Tombali	2.8	2,8
SAB	3.1	2,6

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

¹⁸ Na base de dados da ONU (<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/>) não encontramos dados para este indicador referidos aos países da sub-região excepto para a Gâmbia mas só de 1993. Nessa base, de uma forma geral os países mais desenvolvidos tem este indicador abaixo de 1 e os países em desenvolvimento acima de 2 mas inferior a 3.

Nenhuma das regiões da Guiné-Bissau tem valores nesse intervalo de referência. O SAB é a única região que melhora de forma clara, apesar de ser a capital que deveria atrair populações do interior rural e urbano de menor dimensão. O que pode significar que a cidade ainda tem terreno para construção que continua a espalhar a população por uma área que evita a aglomeração cada vez maior nas habitações.

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, em percentagem

Este indicador parte do princípio que a melhoria da habitação, no interior e no exterior, é um dos primeiros investimentos que uma família faz quando dispõe de alguma poupança ou de algum acesso extra a recursos. Essas estratégias melhoram o direito a uma habitação digna e estão centradas na capacidade privada e não na pública ou estatal.

Em 2016 os inquiridores recolheram muitas fotografias mostrando painéis solares em habitações com condições de paredes e soalho muito diferentes. Tal fenómeno recente pode vir a suplantar as tradicionais melhorias mais imediatas de compra de chapas de zinco para telhados, portas em madeira e janelas com caixilhos e vidros, mas este indicador pretende reportar a subida na qualidade de vida e os painéis são um elemento que permite essa melhoria mesmo que seja apenas para carregar telemóveis e ter alguma lâmpada de iluminação noturna.

Observaram-se um número de casas e dessas registaram-se aquelas onde se podia ver melhorias a partir da exterior. Os inquiridores quando a situação não era clara perguntavam ao residente mas não inquiriam melhorias não visíveis da rua nem entravam nas habitações. Enquanto na amostra de 2015, observaram um número muito superior de habitações melhoradas, em relação a 2014, na recolha de 2016 a evolução não é tão clara. Na Tabela 10.1 pode verificar-se que há uma melhoria no SAB mas as restantes são marginais. O mesmo se pode dizer para as descidas significativas em Cacheu mas as restantes são muito pequenas. Se considerarmos que Cacheu, sem o sector de Bigene, e São Domingos com a recolha parcial

feita, são fiáveis, podemos afirmar que houve em geral uma retracção no processo das famílias melhorarem as suas habitações.

Tabela 10.1: Casas melhoradas em % das observadas

Região	Percentagem (%)	
	2015	2016
Bafatá	41.6	42
Biombo	19.9	15
Cacheu	39.1	25
Gabu	21.8	16
iOio	12.9	16
Quinara	22.7	33
Tombali	50.8	44
SAB	54.3	64,5

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

A percentagem de casas observadas com água canalizada é diminuta como se pode ver na Tabela 10.2, excepto no SAB onde atinge um terço das observadas. Na realidade só se pode considerar que existe água canalizada em Bissau. No resto do país não existe como elemento que contribua minimamente para o bem-estar das populações e para o seu direito de acesso a água. Tal leva a que o transporte de água continua a ser uma actividade a que as famílias tem de dedicar tempo ou gastar recursos a adquirir.

Tabela 10.2: Casas com água canalizada em % das observadas

Região	Percentagem (%)	
	2015	2016
Bafatá	1.9	2,0
Biombo	0.1	0,6
Cacheu	0.0	0,8
Gabu	0.6	0,7
Oio	2.0	2,0
Quinara	5.3(*)	0,2
Tombali	0.5	0,6
SAB	29.6	29

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

(*) Este valor está inflacionado pelo número de habitações com água canalizada do Bairro de Praça em Buba. Se tirarmos essas casas da amostra ficamos com uma percentagem de 1,9 em vez de 5,3.

ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada.

Sem estruturas para água canalizada, e portanto com maiores probabilidades de ser tratada, o acesso a água faz-se por poços tradicionais, tradicionais melhorados e poços com bomba de extração. Estes poços melhorados podem não ter a água tratada diretamente mas a sua estrutura dificulta a infiltração de resíduos ou outras águas contaminadas ou simplesmente sujas.

Assim quanto melhores poços existem numa região melhor a qualidade de acesso a água e logo melhor o direito de acesso a essa componente de uma vida de qualidade.

Se a amostra de 2015 mostrava uma realidade mais equilibrada, a de 2016 apresenta, como se pode verificar na Tabela 11.1 uma dominância clara dos poços não tradicionais não melhorados. Mesmo o SAB não tem a maioria dos poços melhorados embora esteja melhor que qualquer outra região. Este indicador varia no médio longo prazo porque não há uma política concretizada para assegurar o direito a água á população. A utilização de água não tratada tem reflexos na prevalência de doenças como a disenteria e na mortalidade infantil.

As fotografias de 2016 mostram em duas regiões fontanários públicos a funcionar com torneiras. É uma melhoria decorrente de projectos de cooperação mas ainda pouco espalhada.

Tabela 11.1: Poços de água por tipos de construção em % do total existente

Região	Poços tradicionais	Poços tradicionais melhorados	Poços com bomba de extracção a funcionar
Bafatá	71	15	12
Biombo	45	29	19
Cacheu	89	7	3,2
Gabu	69,3	21	9
Oio	56	23	19
Quinara	57	27	16
Tombali	80	7,8	11,7
SAB	39,5	27,3	4,3

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), em percentagem

Este indicador mede a capacidade duma família suportar uma despesa para ter a casa iluminada por luz elétrica. A situação da rede pública melhorou depois das eleições de 2014 sobretudo em 2015 e manteve-se em 2016 com falhas ocasionais, a acreditar nas notícias de jornais, televisão e rádio.

Para a nossa amostra como se pode ver na Tabela 12.1 houve uma tendência para melhorar (Bafatá, Cacheu, Biombo, Oio e Quinara) ou para se manter no mesmo nível (Tombali e SAB) com realce para a região do Biombo que quase duplica as casas iluminadas. Apenas Gabu baixou o número, contrariando a tendência. Essa tendência é coerente com o maior número de painéis solares que os inquiridores fotografaram nas regiões.

Tabela 12.1: Casas iluminadas com luz elétrica em % das observadas

Região /Anos	Percentagem (%)	
	2015	2016
Bafatá	15.0	22
Biombo	8.2	15
Cacheu	7.1	11
Gabu	18.8	15
Oio	11.3	13
Quinara	16.7	28
Tombali	21.7	21
SAB	66.7	67,2

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

SANEAMENTO

13. Despejo de lixo

Este indicador é inquirido junto das famílias escolhidas pela metodologia já explicitada no respetivo ponto, podendo cada uma utilizar vários meios para se desfazer do lixo acumulado. Na amostra de 2016 as indicações de 2015 mantêm-se: o sistema de esgotos/despejo de lixo é sobretudo feito por queima dos mesmos (incineração) ou de “esgotos selvagens”. Estes últimos são as denominadas lixeiras a céu aberto que predominavam em 2015 em Quinara e Cacheu, e em 2016 se espalham por mais regiões¹⁹, sem

¹⁹ A evolução de Quinara quanto aos esgotos selvagens não é credível, mesmo considerando que não foram inquiridas famílias em dois sectores (Empada e Fulacunda).

tratamento nenhum, exceto ocasionais incêndios e a limpeza feita pelos *jagudis*²⁰. O direito a uma qualidade de vida que não seja influenciada pela forma de saneamento tem vindo a piorar.

Tabela 13.1: Destino do lixo dos agregados familiares por tipo de destino (*)

Tipo de destino do lixo	Número de famílias e percentagem								
	Regiões								
	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali	SAB	Total
Esgotos públicos	1	0	0	0	1	0	1	4	7
%	14,3	0	0	0	14,3	0	14,3	57,1	100
Retirada	76	15	0	0	0	25	0	54	170
%	44,7	8,8	0,0	0,0	0,0	14,7	0,0	31,8	100
Incineração	77	29	8	89	45	2	35	98	383
%	20,1	7,6	2,1	23,2	11,7	0,5	9,1	25,6	100
Enterro	10	2	0	2	11	8	1	4	38
%	26,3	5,3	0,0	5,3	28,9	21,1	2,6	10,5	100
Esgotos selvagens	52	4	87	9	25	0	50	44	271
%	19,2	1,5	32,1	3,3	9,2	0,0	18,5	16,2	100
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	216	50	95	100	82	35	87	204	869
%	24,9	5,8	10,9	11,5	9,4	4,0	10,0	23,5	100

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Note-se que estamos a inquirir o destino do lixo e não de sistemas de esgotos ou de despejo de líquidos caseiros. Mas é sintomático que em nenhuma das amostras os esgotos públicos são referidos como

²⁰ Aves da espécie dos abutres de porte médio sem medo de contato com os humanos que se alimentam do lixo mesmo no meio da cidade. Os corvos de papo branco também têm a mesma atividade.

significativos mesmo no SAB. O padrão na evolução noutras zonas do mundo é que estas lixeiras, se não forem tratadas, se tornam um grande problema de saúde à medida que as cidades e o nível de consumo das populações vão crescendo.

E. Direito à justiça

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

Este indicador é revelador do acesso à Justiça num país onde os transportes públicos são fracos, as estradas pouco tratadas e o funcionamento processual dos tribunais leva a demoras e ao não cumprimento frequente dos prazos legais²¹. Todo este ambiente externo do acesso à Justiça implica que a distância e o custo de a percorrer sejam tomados em conta na decisão de apresentar ou não uma questão a um tribunal ou a outras instancias como a polícia e as autoridades tradicionais. Os tribunais de setor, mesmo quando existem, só em parte resolvem estes problemas dado o seu âmbito restrito de funções.

²¹ Veja-se Santos, A.F., Sangreman, C e Martins, L.V. (2015), A Qualidade da Justiça na Guiné – Bissau, 2014-2015, PNUD, Bissau.

Tabela 14.1: Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)

Região / Anos	Km	
	2015	2016
Bafatá	16	17
Biombo	15	20
Cacheu	15	14
Gabu	29	39
Oio	17	18
Quinara	50	52
Tombali	33	33
SAB	2	2,5

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Se, em geral, e com exceção do SAB, as distâncias são significativas, para Quinara, Tombali e Gabu implicam uma ausência do recurso a tribunais a não ser depois de esgotadas todas as outras formas possíveis de resolução, cortando o direito de acesso à Justiça da maioria da população.

15. Área das celas por detido, por sexo e por centro de detenção

Este indicador diz-nos os metros quadrados disponíveis para cada detido como se pode ver na Tabela 15.1. Em diferentes publicações é indicado que a área ideal para uma cela individual é de 3,5 x 2 m ou seja 7 m² por detido, e na prisão de Bafatá a cela individual foi concebida com 6 m². Se considerarmos as mesmas áreas por detido para celas coletivas pode afirmar-se que apenas Gabu se aproxima desses valores em 2016.

Tabela 15.1: Área em m² de cela nos centros de detenção por género do detido

Região /Anos	Homem		Mulher	
	2015	2016	2015	2016
Bafatá	2.6	2,0	Não há detidas	Não há detidas
Biombo	3.3	2,0	Não há detidas	Não há detidas
Cacheu	1.2	0,6	0	Não há detidas
Gabu	19.7	5,0	Não há detidas	Não há detidas
Oio	1.4	n.i.	Não há detidas	n.i.
Quinara	2.5	Não há detidos	Não há detidas	Não há detidas
Tombali	2.2	2,9	Não há detidas	Não há detidas
SAB	0.8	0,6	8,3	8,3

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Não houve nestes dois anos alterações estruturais nas condições de detenção. Ou seja, a evolução verificada é apenas função das pessoas detidas e não de alterações nas instalações dos Centros de Detenção e portanto piora ou melhora conforme o número de detidos. Nalguns centros os responsáveis reportaram mesmo informalmente que são os próprios que decidem se metem mais um detido numa cela sobrelotada ou se libertam detidos para outros caberem, usando o critério de “antiguidade” de detenção. O Relatório da Liga de 2016 é esclarecedor em relação ao SAB. Os números que recolhemos confirmam o que é referido nesse relatório para o SAB que passou de 0,8 para 0,6 metros por detido. Ou seja nessas celas os detidos têm de se deitar para dormir à vez dado o espaço disponível. O direito à Justiça que também contempla as condições de prisão está muito pouco assegurado.

Como podemos ver na Tabela 15.1 as condições de detenção das mulheres são muito melhores que as dos homens. Mas tal deriva de uma prática de não encarceramento de mulheres pela polícia, possivelmente com receio de que as más condições das celas originem outros problemas nomeadamente violações. Em 2015 havia em Cacheu uma detida. Mas como não há cela segura para mulheres, essa detida está no espaço comum do Centro e vai passar as noites em casa. (fonte: inquiridor, Clemente Mendes)

First in first out – o bom senso policial

Num Centro de Detenção de uma esquadra de polícia no centro do país deparamos com celas pequenas, naquele momento com dois detidos cada. Quando perguntamos se é frequente terem mais detidos, dizem-nos que a época da campanha de caju é sempre aquela onde têm mais presos – chamam-lhe a “época alta” em contraste com a “época baixa” noutros meses. Pergunto como alojam os detidos nessa época. Dizem-me – querendo mostrar que sabem algum inglês – que quando as celas estão com a capacidade esgotada usam o princípio do “first in first out”. Perante a minha ignorância explicam que libertam aqueles detidos que estão nas celas há mais tempo, para meterem os recém-chegados. Pelo espanto da minha cara, dizem que são detidos de pequeno roubo, desacatos na via pública ou discussões entre vizinhos. E que não incluem nessa prática os acusados de crimes mais graves. Resolvem assim, com um bom senso surpreendente, a falta de instalações e a lentidão da justiça, evitando que os detidos estejam em condições piores. Não admira que as populações recorram à polícia tantas vezes para fazerem o papel de juízes.

16. Área das celas, por pessoa presa, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

Na Tabela 16.1 pode-se ver que as condições de espaço nas prisões de Bafatá e de Mansoa são idênticas genericamente às dos Centros de Detenção e não se alteraram de 2015 para 2016. Melhores em Bafatá que em Mansoa, mas ainda assim abaixo dos valores padrão. No caso de Mansoa meio metro de cela para cada preso leva-nos a pensar que os presos estão fora das celas a maior parte do tempo, dormindo

por turnos (tal como a LGDH denuncia no Centro de Detenção da Judiciária em Bissau). Aliás a dificuldade em ter dados e, para os inquiridores, tirarem fotografias (que é fácil nos Centros de detenção mas difícil nas prisões) são indiciadoras de condições de cumprimento de penas que os responsáveis evitam mostrar. No total dos anos de 2015 e 2016 os inquiridores não registaram a presença de mulheres presas.

Tabela 16.1: Área em m² de cela nas prisões de Mansoa e de Bafatá por género detido

Prisões	Área em m ² de celas de prisão por detido homem.		Área em m ² de celas de prisão por detido mulher
	2015	2016	2015 e 2016
Bafatá	1,33	1,3	Não há mulheres presas
Mansoa/Oio	0,49	0,5	Não há mulheres presas

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

17. Condições das celas nas prisões de Bafatá e de Mansoa e nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

Este é um indicador de direito ao acesso a Justiça que inclui o tratamento digno das pessoas que cometeram delitos e estão a cumprir pena no caso das prisões ou em processo de instrução ou julgamento no caso dos centros de detenção e portanto ainda sob a presunção de inocência. É um dos indicadores com mais impacto junto dos decisores de políticas sociais pois é a prova evidente daquilo que ainda tem de ser feito antes de se poder considerar que o direito à justiça está a ser cumprido.

As populações e os próprios guardas têm tendência para apelidar os Centros de cadeias ou prisões, em particular o Centro da Polícia Judiciária em Bissau. E supomos que a morosidade dos processos implica que haja estadias prolongadas de acusados nestas instalações.

Pelos dados recolhidos e como se pode verificar na Tabela 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4, as condições dos Centros de Detenção variam bastante entre regiões mas podem resumir-se no seguinte

- As condições de dormitório mantêm-se nos três anos de inquirição: são más ou péssimas; como se vê nas fotos das celas os detidos dormem no chão em cima de esteiras com ou sem algum pano/cobertor a tapá-los.

- A ventilação é má ou regular;

- A cobertura na sua maioria é boa e razoável apesar de existirem centros com classificação de má, o que questiona a segurança dos mesmos;

- Não existe acesso livre a água, ou seja os detidos têm de pedir aos guardas se podem beber água;

- Não são fornecidas refeições, nem é permitido aos detidos cozinhar ou aquecer a comida que lhes é dada do exterior e que passa necessariamente pela inspeção dos guardas.

Pelas fotografias de Gabu tomamos nota que há celas com tapetes no chão supomos que por respeito a detidos muçulmanos. Ignoramos se tal prática existe noutros centros.

Tabela 17.1: Condições das zonas de detenção nos Centros de Detenção

Tipos de condição	Classificação da Condição					Total
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima	
Ventilação	7	0	13	18	0	38
Cobertura	15	9	0	14	0	38
Dormitório	0	0	0	24	14	38
	Não tem	Tem				
Acesso a água [1]	37	1				
Acesso a alimentação[2]	38	0				

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau,2016

Tabela 17.2: Condições das prisões de Bafatá e Mansoa

Tipo de condição	Classificação da Condição									
	Boa		Razoável		Regular		Má		Péssima	
	Bafatá	Mansoa Oio	Bafatá	Mansoa Oio	Bafatá	Mansoa Oio	Bafatá	Mansoa Oio	Bafatá	Mansoa Oio
Ventilação	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Cobertura	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Dormitório	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	Não tem		Tem							
Acesso a água	0	0	1	1						
Acesso a alimentação	0	0	1	1						

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau,2016

Nas prisões de Bafatá e Mansoa as condições estruturais são melhores que nos centros, sendo em ambas a ventilação e o dormitório regular, a cobertura boa e com acesso a água e a alimentação. Tabela

17.3: Condições de ventilação e acesso a água nos centros de detenção

Região	Classificação das condições					Acesso a água	
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima	Não tem	Tem
Bafatá	1	0	0	5	0	6	0
Biombo	2	0	1	0	0	3	0
Cacheu	3	0	0	0	0	3	0
Gabu	0	0	4	0	0	4	0
Oio	0	0	2	3	0	5	0
Quinara	0	0	0	4	0	4	0
Tombali	0	0	2	2	0	4	0
SAB	1	0	4	4	0	8	1

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Tabela 17.4: Condições de cobertura e acesso a alimentação nos centros de detenção

Região	Classificação das condições					Acesso a alimentação	
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima	Não tem	Tem
Bafatá	0	1	0	5	0	6	0
Biombo	2	1	0	0	0	3	0
Cacheu	2	0	0	1	0	3	0
Gabu	2	1	0	1	0	4	0
Oio	2	2	0	1	0	5	0
Quinara	4	0	0	0	0	4	0
Tombali	0	4	0	0	0	4	0
SAB	3	0	0	6	0	9	0

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Tabela 17.5: Condições de dormitório nos centros de detenção

Região	Classificação das condições				
	Boa	Razoável	Regular	Má	Péssima
Bafatá	0	0	0	6	0
Biombo	0	0	0	0	3
Cacheu	0	0	0	3	0
Gabu	0	0	0	4	0
Oio	0	0	0	4	1
Quinara	0	0	0	3	1
Tombali	0	0	0	0	4
SAB	0	0	0	4	5

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Como não houve alterações de estrutura globalmente a apreciação que fizemos em 2015 mantém-se válida: nos Centros de Detenção no Biombo e no Cacheu este tipo de direitos é melhor assegurado. Note-se que Cacheu foi, em 2014, a pior região no conjunto dos elementos que compõem este indicador tendo melhorado significativamente na ventilação das celas.

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Tal como salientámos para 2014 (Sangreman, 2015), este indicador pretende identificar um tipo de crime com forte incidência no país, bem definido e conhecido da população. O roubo de gado tem conotações sociais que vão para além do simples furto sendo para alguma população balanta um ato tradicional. Mas a partir de 2000 o agravamento desses roubos tornou o problema muito mais generalizado e perigoso com o aparecimento de ladrões armados com armas de fogo, originando mesmo conflitos

violentos entre povoações. Igualmente com o desenvolvimento do país a população vai progressivamente percepcionando tais actos como crimes, baixando a tolerância derivada da prática tradicional conhecida. É evidente que uma parte que ignoramos qual seja desses roubos são crime e não tem nada a ver com as práticas referidas mas sim com a venda das cabeças de gado em geral para abate²².

O recurso a uma entidade que seja julgadora reconhecida pelas partes em litígio é influenciado por esse contexto social, pela distância a um tribunal, pela morosidade e pelo custo dos processos. Se considerarmos que o direito à Justiça é melhor usufruído se tais questões forem resolvidas em tribunal, piores se forem resolvidos pela polícia e ainda piores se for a autoridade tradicional a julgar²³ ficamos com um indicador que informa sobre a qualidade do exercício do direito à Justiça para este crime em concreto. Pela metodologia que seguimos não conseguimos distinguir crimes que passem pelas várias instâncias. O que se pergunta é quais as instancias que recorre para resolver. Mas nada se inquire sobre a continuação do processo se uma das partes não ficar conformada com a decisão

Pelo critério de avaliação que indicamos não há nenhuma região que tenha a maioria das queixas apresentadas em Tribunal. No Biombo e no SAB o número total de queixas é muito pequeno mas nas restantes atinge uma importância significativa. A maioria divide-se entre Policia e Autoridades tradicionais. Se em 2015 as distribuições mais equilibradas foram nas regiões de Oio e Tombali, em 2016 apenas Oio tem uma divisão praticamente igual de queixas nas três instâncias decisoras. Gabu e Cacheu tem uma percentagem muito alta de recurso a autoridades tradicionais ignorando as restantes.

Se considerarmos a estrutura total de todas as queixas apresentadas teremos 11% para os tribunais, 37% para a polícia e 52 % para as autoridades tradicionais. Assim podemos considerar que esse tipo de

²² Ver Voz di Paz (2010), Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo - Resultados da auscultação nacional realizada em 2008, edição: Voz di Paz / Interpeace.

²³ Note-se que esta escolha é uma das possíveis face ao que se conhece da percepção da população sobre o funcionamento dos mesmos. Ver Estudo sobre a Qualidade da Justiça já citado.

crime é resolvido por um conjunto de decisões das autoridades tradicionais e da polícia, numa mistura de aplicação de legislação e de senso comum mais ou menos ligado às práticas tradicionais.

È um resultado perigoso para o direito à Justiça, pois fragiliza o processo de julgamento que é maioritariamente executado por pessoas com autoridade oficial mas não para exercer a função de juiz seja a que nível for. E muito dependente da idoneidade moral dos agentes intervenientes.

Tabela 18.1: Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado e número de queixas

Região	Tipo de autoridade (%)				Número de queixas
	Tribunal	Polícia	Tradicional	Total	
Bafatá	18	40	42	100	265
Biombo	0	100	0	100	3
Cacheu	0	8	92	100	76
Gabu	0	18	82	100	33
Oio	34	32	34	100	166
Quinara	4	44	52	100	745
Tombali	21	67	12	100	33
SAB	0	50	50	100	8

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

F. Direito a Meios de subsistência

Como já se referiu anteriormente em diferentes capítulos deste estudo, esta área foi introduzida no ano de 2015 na recolha de dados sobre Direitos Humanos de terceira geração na Guiné-Bissau juntamente com o saneamento. Para 2015 e 2016 escolheu-se um único indicador de “número de refeições diárias feitas na casa da família” pois este tipo de dados obriga a uma identificação dos agregados familiares num processo de muito maior morosidade e exigência para os inquiridores. Saímos do processo de dados recolhidos junto de instituições (escolas, centros de saúde, autoridades tradicionais, policia, etc.) ou por observação directa (habitação, água e energia) para o processo de recolha junto das famílias individualmente. Tal processo em todo o mundo tem um grau de dificuldade e de aleatoriedade muito superior e implica que os inquiridores tenham uma prática profissional já consolidada. Pode dizer-se que fizeram um bom trabalho recolhendo dados em 755 famílias de todas as regiões e no SAB compensando umas regiões aquelas onde se falharam algumas famílias.

As características das famílias inquiridas constam da Tabela 19.1

Tabela 19.1: Características dos agregados familiares inquiridos

Características	Regiões								TOTAL
	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali	SAB	
Número de famílias	96	50	120	100	82	50	50	207	755
Homens	479	337	449	682	397	138	273	778	3533
Mulheres	386	350	438	650	318	132	251	881	3406
Numero de pessoas	865	687	887	1332	715	270	524	1659	6939
Dimensão familiar	9	14	7	13	9	5	10	8	9,4
Famílias com chefes									
Homens	95	46	74	100	72	48	47	133	615
Mulheres	1	4	14	0	10	2	3	74	108
Estrutura etária									
Crianças (0-11)	354	220	309	436	182	99	195	473	2268
Jovens (12-17)	131	123	143	203	116	58	73	225	1072
Adultos (+17)	329	334	433	690	417	107	251	957	3518
dos quais com +65 anos	1	10	39	34	12	10	19	22	147
Famílias por atividade económica dos chefes									
Setor primário	21	38	66	83	50	38	42	17	355
Setor secundário	21	1	29	4	10	1	3	46	115
Setor terciário	51	6	15	13	18	11	4	123	241
Número de estudantes	572	372	341	317	243	146	221	824	3036

Fonte: Observatório dos Direitos, 2016

19. Número de refeições diárias tomadas em casa pela família

Este indicador facultava uma informação clara e simples de bem-estar e de direito à alimentação das famílias. Note-se que não se inquiriam conteúdos das refeições como nos inquéritos aos orçamentos familiares.

A informação sobre o número de refeições tomadas em casa pela família omite as refeições tomadas fora de casa. Não nos parece significativo tal desvio mesmo na cidade de Bissau; para mais com o horário oficial contínuo de empregados (das 8 às 14 horas de segunda a sexta) que facilita tomar a refeição de meio do dia depois do trabalho, sem ter de retornar ao local. O que verificamos em Bissau é que a meio da manhã há um movimento nas ruas de “comer qualquer coisa” para quem tem posses para tal.

Sabemos que há também projetos que fornecem refeições a crianças das escolas. Inquirimos em 2016 as famílias, sobre se havia crianças suas que recebiam comida na escola. Uma percentagem de 32% respondeu afirmativamente. Mas para perceber em que consiste essa alimentação e se é motivo para as crianças se manterem na escola precisaríamos de informação com mais detalhe. Ficamos no entanto a saber que não é um fenómeno que se possa desprezar.

Tabela 19.2: Famílias por número de refeições diárias tomadas na casa, em valor e em %

Número de refeições diárias	Região								Total
	Bafatá	Biombo	Cacheu	Gabu	Oio	Quinara	Tombali	SAB	
Uma	1	42	17	0	20	0	2	36	118
%	1,2	50,0	19,3	0,0	23,8	0,0	2,4	37,9	100
Duas	53	6	74	1	34	17	34	46	260
%	22,5	2,5	84,1	0,4	14,4	7,2	14,4	18,4	100
Três	42	2	10	99	25	32	14	111	326
%	14,5	0,7	11,4	34,3	8,7	11,1	4,8	34,4	100
Quatro ou+	0	0	0	0	0	1	0	13	14
%	0	0	0,0	0	0	1,4	0	92,9	100
n.r.	0	0	0	0	3	0	0	1	4
Total	96	50	120	100	82	50	50	207	755
%	13,0	6,7	16,2	13,5	11,1	4,9	6,7	27,9	100

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Se tomarmos as respostas significativas de uma, duas e três refeições estaremos a falar de pequeno-almoço, almoço e jantar. Se considerarmos que uma família tem mais acesso a meios de subsistência se tiver três refeições diárias teremos que em 2015 e 2016 apenas Gabu tem uma quase unanimidade de três refeições (95 e 99 %). Fora esta região só no SAB há uma maioria simples desse número de refeições, sendo as piores regiões Biombo e Quinara.

No lado oposto se considerarmos que as famílias que tomam uma única refeição (um tiro como se diz na gíria guineense) são as mais pobres e com menos acesso a meios de subsistência teremos o Biombo muito pior que qualquer outra, tendo o SAB, Oio e Cacheu valores significativos das famílias reduzidas a

uma refeição por dia. No total das famílias a evolução é de subir as percentagens de 3 e 4 refeições baixando as de 1 e 2. Pode-se considerar uma melhoria no acesso a meios de subsistência embora não seja muito significativa.

Tabela 19.3: Famílias por número de refeições que tem por dia por sexo do chefe de família

Sexo do chefe de família	Número de refeições diárias				Total
	1	2	3	4	
Masculino	91	240	287	10	628
%	14,5	38,2	45,7	1,6	100
Feminino	27	20	39	4	90
%	30,0	22,2	43,3	4,4	100
Total	118	260	326	14	718
%	16,4	36,2	45,4	1,9	100

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Como se pode constatar na Tabela 19.3 e como seria de esperar, já que a literatura da análise da pobreza na Guiné-Bissau²⁴, aponta para este tipo de resultados, as famílias com chefes masculinos têm uma percentagem de três refeições maiores que as famílias com chefes femininos. As famílias com duas refeições dia são mais equivalentes nos dois anos, mas é claro que no total as primeiras têm um acesso maior a alimentação que as segundas. Em geral o que estes indicadores permitem afirmar é que houve uma evolução positiva do total das famílias que se deslocaram para as categorias com maior número de refeições, embora de forma mais acentuada naquelas cujo chefe é masculino.

²⁴ E apesar do Banco Mundial apontar os inquéritos feitos como não comparáveis entre si (Banco Mundial, 2016) e a UNICEF considerar que o MICS divulgado de 2016 não é comparável com os anteriores.

Tabela 19.4: Famílias com crianças, por acesso a escola e número de refeições diárias

Famílias com crianças	Número de refeições que a família tem por dia			
	1	2	3	Ano
com idade e com acesso à escola	15,5	42,1	42,4	2015
	14,5	37,6	47,9	2016
com idade e sem acesso à escola	28,2	41,8	30,0	2015
	15,4	52,7	31,9	2016

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Se cruzarmos os dados do número de refeições familiares com os dados das crianças com idade escolar a frequentar ou não escola teremos duas tendências claras: em primeiro lugar quanto maior o número de refeições, maior o número de crianças a frequentar a escola, tendência que se acentua em 2016 (Tabela 19.4). E em segundo lugar o padrão das famílias que tem crianças sem acesso à escola não é claro. Em 2015 o número de famílias com uma e com três refeições era praticamente igual sendo o número daquelas com duas refeições superior. Em 2016 as famílias com uma só refeição na casa diminuem e aumentam as que tem duas refeições, mantendo-se as famílias com três refeições o numero muito similar. Ou seja, se atendermos à primeira tendência, o direito de acesso a educação tem uma relação com o número de refeições ou com o direito a ter meios de subsistência. Se atendermos a pouca clareza dos números das famílias que tem crianças sem acesso a escola não se pode afirmar que tenha alguma relação com o número de refeições.

Tabela 19.5: Famílias por sector de actividade do chefe de família e número de refeições que tem por dia

Sector de actividade do chefe de família	Número de refeições que a família tem por dia			
	1	2	3	Ano
Sector primário %	16,9	47,1	36,0	2015
%	16,0	38,5	45,5	2016
Sector secundário %	17,3	40,4	42,3	2015
%	9,9	43,7	46,5	2016
Sector terciário %	11,7	40,4	47,9	2015
%	11,2	36,7	52,0	2016
Sem sector de actividade %	22,7	40,2	37,1	2015
%	16,7	40,7	42,6	2016

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Na Tabela 19.5 cruzamos os dados classificados da actividade principal do chefe de família com o número de refeições que a família tem por dia e o resultado permite confirmar a tendência de predomínio das famílias com percentagens de duas e três refeições muito superiores às de apenas uma refeição diária. Mesmo das famílias que não indicaram uma actividade que permitisse a classificação nalgum dos sectores clássicos. Nas famílias que fazem três refeições diárias a maior percentagem são aquelas cujo chefe tem actividade no setor terciário. Se lermos os dados a partir do número de refeições confirmamos o que dissemos em 2015 que existe uma relação pouco definida entre o número de refeições e o sector de actividade no sentido de aumentar esse número para quem tem actividade no setor terciário mas não é uma relação forte. Note-se que se fez a definição das actividades por setor de acordo com a Classificação de Actividades Económicas (CAE) mas sem atender à dimensão das unidades produtivas. Ou seja não se perguntou onde as pessoas trabalhavam, misturando conscientemente empresas privadas e empregos públicos, dimensões unipessoais e de média ou grande dimensão.

Índice de síntese

Se construirmos **um índice geral** com estes indicadores e não esquecendo que apenas os dois últimos anos são comparáveis entre si, teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau. O que surpreende neste índice de síntese é a evolução da capital – o SAB – que piora de 2015 para 2016 e de Tombali que melhora vários lugares. O Biombo, Gabu, Bafatá e Quinara mantêm-se coerentes. A explicação de síntese tem a ver com indicadores de saúde (piores no SAB e melhores em Tombali) e com a sensibilidade do SAB às greves da educação maior que nas restantes regiões. Pelos indicadores também julgamos haver uma maior igualdade de existência de eletricidade que altera as posições relativas das regiões.

Tabela 10 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

Regiões	2014	2015	2016	Regiões	2014	2015	2016
Oio	1º	1º	4º	Cacheu	3º	5º	2º
SAB	6º	2º	5º	Gabu	2º	5º	7º
Biombo	5º	3º	3º	Bafatá	7º	6º	6º
Tombali	5º	4º	1º	Quinara	4º	7º	8º

Fonte: Observatório dos Direitos, 2014, 2015 e 2016

A posição do SAB em 2015 não é de estranhar se pensarmos que as medidas tomadas pelo Governo formado como consequência das eleições de 2014, (energia eléctrica, salários dos funcionários públicos, acesso a água, saneamento, lançamento de obras públicas) tiveram efeito imediato na capital e mais lento no resto do país se realmente chegaram a ter algum.

A deterioração em 2016 da posição da capital do país pode ser interpretada como uma das consequências da instabilidade que entretanto se instalou, com a retoma de greves na educação com maior incidência nas escolas de Bissau, e da aleatoriedade na ajuda ao desenvolvimento nos restantes setores com exceção da energia.

Conclusões

As conclusões que se podem retirar dum projeto de três anos com uma produção de dados em cinco áreas da vida social tem de ser perspectivadas em função da situação do país e do seu futuro previsível de médio e longo prazo no que respeita aos Direitos Humanos e também às Políticas Económicas e Sociais.

Primeira conclusão:

A primeira conclusão destes três anos de Observatório é que o processo de construção de um subsistema de recolha de dados sobre Direitos Humanos Económicos, Sociais e Culturais teve sucesso com a produção de indicadores que informam sobre a situação nas regiões inquiridas de acesso a direitos à educação, saúde, habitação, energia, água, saneamento, justiça e meios de subsistência. Com efeito dispõe-se hoje de uma metodologia fiável e com uma amostra estatisticamente significativa, bem como uma estrutura formada por um conjunto de inquiridores com formação específica, meios de transporte (motas) e de registo de informações (computador e máquina fotográfica) a viverem nas regiões onde recolhem as informações e dois técnicos de apoio permanente à recolha, sedeados em Bissau. O que continua a faltar são recursos humanos técnicos de análise dos resultados globais que foram feitos sempre pelo CESA e não por técnicos locais. A utilização de meios informáticos fez – se recorrendo a programas já existentes e de fácil acesso (word e excel) seja para o preenchimento de dados (que para alguns inquiridores são primeiro recolhidos em papel e depois introduzidos nos quadros Excel sobretudo porque é mais fácil fazer esse registo no terreno em papel do que em computador). Para apuramento dos dados das famílias utilizou-se o SPSS na versão mais simples.

Fica assim o Governo com bases para aprovar a integração de um subsistema de recolha destes dados no Sistema Estatístico Nacional, com a execução da responsabilidade do INE, incluindo a região Bolama/Bijagós para ter cobertura nacional. A sua análise pode ser feita em parceria internas com a LGDH

e o INEP por exemplo ou mantendo uma componente externa com o CESA ou outro gabinete de estudos internacional.

Segunda conclusão:

A segunda conclusão deste estudo tem a ver com a sociedade guineense. A instabilidade sem conflitos armados mas com uma disputa de poderes entre grupos sociais de interesses e órgãos de soberania atingiu em 2016 um ponto difícil de acreditar em 2014 na altura das eleições e do primeiro ano de Observatório. Tomando como referencia a análise feita em Carlos Sangreman, Fátima Proença, Luís Vaz Martins (2016), conclui-se que a sociedade guineense mantém em simultâneo uma instabilidade enorme na sua governação em sentido lato, e uma resiliência e uma persistência na procura de progresso, que origina a colaboração das autoridades de diferentes níveis na recolha de dados sobre Direitos Humanos e sua divulgação. Não é evidente que outros Estados com uma acção social cívica e política mais estabilizadas e mesmo com organizações da sociedade civil de defesa dos DH, aceitassem participar na criação e suporte do ambiente que permitiu este projecto de recolha de dados.

Terceira conclusão:

Como terceira conclusão salientem-se alguns aspectos constantes na análise do acesso aos DH nas áreas inquiridas:

Os indicadores de educação revelaram-se nestes três anos muito sensíveis às políticas públicas que permitam o pagamento regular dos salários dos professores, o funcionamento normal das escolas mesmo com condições materiais más. Os indicadores de abandono escolar no básico entre o início e no final do ano lectivo variam em função dessas políticas. Ou seja o direito à educação é uma função directa das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam a perturbações nas escolas, em especial os que são originados no atraso de pagamento dos salários. Também se pode concluir das fotografias que fizeram parte deste processo que continuam a coexistir escolas com condições de

cobertura, paredes, carteiras /mesas, cadeiras/bancos, quadros, etc., muito diferentes, mas tendo por base na maioria esmagadora das fotos o mínimo de materiais didáticos, de eletricidade e logo de computadores, retroprojetores, internet e de livros nas mãos dos alunos. Pode concluir-se que as condições do ensino básico estão longe de acompanhar as necessidades do país hipotecando o seu futuro.

Nos indicadores sobre a saúde fica-nos a ideia de alguma melhoria no acesso, apesar da escassez de pessoal profissional com um número de pessoas por médico e por enfermeiro e de mulheres por parteira incompatível com o acesso a uma saúde mínima. Saliente-se que o a recolha de dados efectuada nestes anos mostra que o modelo de saúde pública guineense ainda depende de projectos internacionais com distribuição de medicamentos, consultas e outros tratamentos gratuitos. Quando os projectos não existem ou acabam, o custo sobe imediatamente para níveis que obrigam as famílias a grandes esforços para terem esse direito de acesso. E por informações aos inquiridores mantém-se a dificuldade de obter tratamentos para quem não os pode pagar. Não sabemos em que extensão, mas obviamente os penalizados são os mais pobres.

Nos indicadores de justiça as condições físicas de prisão e de detenção não tiveram alteração nestes anos e continuam em estado lastimável em qualquer região, só sendo aceitáveis nas duas prisões do país. No que respeita a ventilação, cobertura e dormitório das celas, acesso a água e a alimentação dos detidos ou presos os DH dessas pessoas estão muito longe de serem respeitados. Tudo piora quando as celas estão sobrelotadas. O reflexo da percepção que a população tem da Justiça para resolução do roubo de gado expressa-se bem no recurso maioritário a policia e autoridades tradicionais.

Nos indicadores de habitação, energia, água e saneamento passou a haver mais melhoradas e iluminadas sobretudo na capital dos pais refletindo a existência de um número de horas luz elétrica como nunca tinha existido nas últimas décadas. As fontes variam mas os painéis solares surgem como um modo de iluminação cada vez mais evidente. O saneamento mostra uma realidade esperada de predomínio da anarquia na gestão dos destinos de lixos que a população produz, não augurando nada de bom num futuro de maior consumo das famílias. O acesso a água tratada também não melhorou nestes anos mantendo-se

os poços como a fonte principal de acesso e continuando a água canalizada nas habitações a ser uma ausência quase total.

Nos indicadores de meios de subsistência, o número de refeições diárias tomadas pela família na casa diz-nos que se considerarmos que uma família tem mais acesso a meios de subsistência se tiver três refeições diárias teremos que em 2015 e 2016 apenas Gabu tem uma quase unanimidade de três refeições (95 e 99 %). Fora esta região só no SAB há uma maioria simples desse número de refeições, sendo as piores regiões Biombo e Quinara. No lado oposto se considerarmos que as famílias que tomam uma única refeição (um tiro como se diz na gíria guineense) são as mais pobres e com menos acesso a meios de subsistência teremos o Biombo muito pior que qualquer outra, tendo o SAB, Oio e Cacheu valores significativos das famílias reduzidas a uma refeição por dia. Em geral o que este indicador permite afirmar é que houve uma evolução positiva do total das famílias que se deslocaram para as categorias com maior número de refeições, embora de forma mais acentuada naquelas cujo chefe é masculino.

Como conclusão final destes três anos de projeto podemos afirmar que as alterações positivas que se vão verificando para um maior acesso a Direitos Económicos, Sociais e Culturais transmitem uma ideia de vulnerabilidade muito grande ao variarem facilmente de um ano para o outro. A evolução de um país pode não ser muito evidente mas se for sempre positiva demonstra que as políticas públicas económicas e sociais têm algum efeito. As variações que registamos com os indicadores escolhidos dão uma ideia de fraca sustentabilidade mesmo em setores fundamentais como a educação e a saúde.

Bibliografia

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012), Indicateurs des Droits de l'Homme: Guide pour mesurer et mettre en oeuvre, Genebra e Nova York;
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2011), Rapport de la Haut-Commissaire des Nations Unies aux droits de l'homme, Genebra e Nova York.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2005), Evaluer l'efficacité des institutions nationales des Droits de l'Homme, Genebra e Nova York;
- Augusta Henriques e outros (2015), Desafios ora di diritu, Casa dos Direitos, ACEP, Lisboa, Portugal.
- Asia Pacific Forum of National Human Rights Institutions and the Center for Economic and (2015), Defending Dignity: A Manual for National Human Rights Institutions on Monitoring Economic, Social and Cultural Rights, Sydney, Australia, New York, USA.
- Banco Mundial (2016) Poverty in a rising Africa, Kathleen Beegle e outros, World Bank Group, Green Pass Initiative, ISBN 978-1-4648-0723-7, <http://lccn.loc.gov/2016009159>.
- Carlos Sangreman, Fátima Proença e Luís Vaz Martins (2016), Guiné-Bissau: A Evolução 2010-2016, Working Papers CEsa / CSG, n.º148, Lisboa. <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/WP148.pdf>
- Declaração dos Direitos Humanos (1948), Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981), Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) *online* em vários sites;
- Green, M. (2001), What we talk about when we talk about indicators: current approaches to Human Rights measurement, in *Human Rights quarterly*, vol. 23, no. 4, November 2001, The Johns Hopkins University Press, Project <http://muse>.
- Lakatos, E. e Andrade, M. (2015), Técnicas de pesquisa, pp. 25-44, Editora Atlas, 7.ª edição;
- Liga Guineense dos Direitos Humanos (2008/2009, 2013 e 2016), Relatórios, Bissau;
- Bacar, M. (2010), Aspectos multidimensionais da pobreza e suas evoluções entre 2002 e 2008 em Bissau, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Guiné Bissau, INEC, Bissau;
- Manitese (2016) A função de reabilitação da pena, uma perspectiva para a Guiné – Bissau, Bissau
- Ministério da Economia, do Plano e Integração (2009), Recenseamento Geral da População e Habitação, edição PNUD, UNFPA, ABC, Bissau;
- PNUD e Ministério das Finanças (2007), DENARP 2008-2013, Bissau;
- PNUD (2000), Human Development Report, Human Rights and Human Development, <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2000>
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008), Manual de investigação em Ciências Sociais, pp.155-235, Gradiva, Lisboa;
- Sangreman, C. (2015), Observando Direitos na Guiné – Bissau, educação, saúde, habitação, água, energia, justiça, projecto Observatório de Direitos, ACEP, LGDH e CEsa, Lisboa e Bissau;

--- (2016), Observando Direitos na Guiné – Bissau, educação, saúde, habitação, água, energia, justiça e meios de subsistência, projecto Observatório de Direitos, ACEP, LGDH e CEsA, Lisboa e Bissau

Santos, R. e Barros, R., Manual prático de Direitos Humanos Internacionais, Ministério Público da União, Brasília;

Yasmine Cabral (2015), “Quadro legal dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau”, in Augusta Henriques e outros, Desafios ora di diritu, Casa dos Direitos, ACEP, Lisboa, Portugal.

UNIOBIS (2015), Guia prático de Direitos Humanos, UNIOBIS, Bissau.

ANEXO I – Recolha em 2015 e 2016 por indicador																		
Área de inquirição e indicadores	Bafatá		Biombo		Cacheu		Gabu		Oio		Quinara		Tombali		SAB		TOTAL	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Educação																		
Distancia – localidades	52	73	18	24	27	55	43	14	48	31	18	36	23	22	17	16	246	271
Escolas - alunos e professores 1ª-6ª	55	73	18	24	37	55	41	13	48	30	18	50	23	22	18	21	258	288
Escolas - alunos e professores 7ª-9ª	n.i.	n.i.	n.i.	12	n.i.	2	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	2	n.i.	n.i.	n.i.	8	n.i.	24
Saúde																		
Distancia – localidades	57	31	16	21	35	58	42	40	46	29	18	8	23	23	16	16	253	218
Centros de saúde consulta pré-natal	51	31	16	21	12	12	42	36	47	0	18	8	16	14	16	15	218	129
Farmácias 5 medicamentos	21	37	16	21	12	10	15	19	45	31	18	8	23	22	16	15	166	155
Centros de saúde paludismo 3 cruces	53	0	16	21	12	10	42	41	46	31	18	8	23	22	16	15	226	140
Pessoal centros e hospitais	53	31	6	7	12	12	15	19	45	31	18	8	23	16	16	16	148	132
Habitação, Energia e Água																		
Localidades (no SAB Bairros)	62	30	20	16	29	23	42	41	46	31	18	55	23	22	16	16	256	234
Pessoas por quarto (30 pessoas por localidade)	1860	900	600	480	870	690	1260	1230	1380	930	540	1650	690	660	480	480	7680	7020
Casas vistas (indicador casas melhoradas)	1881	1130	794	800	1280	2046	2122		2179	1081	450	846	990	663	920	640	10616	7206
Casas vistas (indicador casas iluminadas)	1889	996	754	800	1280	2046	2125		2179	1121	450	766	930	663	920	640	10527	7032
Justiça																		
Distancia – localidades	29	27	16	21	27	59	43	41	46	31	18	42	23	22	16	2,5	218	245,5
Centros de detenção	6	6	3	3	5	3	4	4	5	5	4	4	4	4	8	9	39	38
Prisões	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	2

Queixas – localidades	34	28	16	17	30	61	43	41	5	31	18	43	5	26	16	12	167	259
Meios e Saneamento																		
Famílias	103	96	55	50	73	120	102	100	106	82	49	50	50	50	213	207	751	755
Pessoas	699	865	746	687	800	887	1601	1332	929	715	392	270	553	524	1659	1990	7710	7270
Localidades (no SAB Bairros)	90	45	39	81	47	109	64	67	83	37	31	43	27	49	16	16	397	447

ANEXO II

Localidades inquiridas (5% das localidades de cada sector).

REGIÕES / SECTORES	2016
REGIÃO DE BAFATA	87
Bafata	25
Cosse	10
Bambadinca	13
Xitole	8
Contuboel	18
Ganadu	13
REGIÃO DE BIOMBO	101
Quinhamel	43
Safim	27
Prabis	31
REGIÃO DE CACHEU	119
Bigene	0
Bula	27
Caio	19
Canchungo	49
Cacheu	22
São	
Domingos	2
REGIÃO DE GABU	59
Boe	7
Pitche	17
Gabu	18
Pirada	8
Sonaco	9
REGIÃO DE OIO	39
Farim	1
Mansaba	13
Bissora	11
Mansoa	10
Nhacra	4
REGIÃO DE QUINARA	50
Buba	11
Empada	12
Fulacunda	22
Tite	5
REGIÃO DE TOMBALI	71
Catio	17
Komo	7
Cacine	15
Bedanda	21
Quebo	11
Sector Autónomo de Bissau	16 bairros

Fonte: Observatório dos Direitos, inquiridores.

com o apoio

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

	71,3	15,0	13,8	2015
	80	7,8	11,7	2016

ANEXO III

Metodologia de cálculo do Índice de síntese de acesso aos direitos humanos na Guiné Bissau

A metodologia deste índice tem os seguintes pontos de partida:

- 1) Todas as áreas tem o mesmo peso na fórmula de cálculo de síntese.
- 2) As áreas (Educação, Saúde, etc.) são ponderadas pelo número de indicadores recolhidos. Ou seja considera-se que qt mais indicadores recolhidos, maior é o conhecimento sobre uma área de direitos humanos e portanto maior é a fiabilidade dos dados de síntese produzidos. Não se faz qualquer juízo de valor mas apenas um juízo de confiança nos indicadores.
- 3) As escalas a utilizar devem ser as mesmas para todos os indicadores e variarem no mesmo sentido. Ou seja quando os números aumentem ou diminuam o significado em todos os indicadores tem de ser o mesmo de melhorar ou piorar os direitos que esse indicador quer retratar.
- 4) Todos os indicadores são reduzidos à escala 1-8 de ordenação do melhor (1) para o pior (8) de acesso a direitos humanos. A atribuição do valor de ordenação faz-se a partir do melhor para o pior, repetindo os valores se os resultados forem iguais.
- 5) As componentes de cada indicador têm uma escala e/ou uma ponderação específica obedecendo à formulação base referida no ponto 6). Ver Tabela II.1.
- 6) Formulação matemática:
 - a. Seja NI o número do indicador = 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15.
 - b. Seja e a escala de ordenação = 1,2,3,4,5,6,7,8.
 - c. Nos indicadores compostos (ex.: condições de centros de detenção) a fórmula base de agregação é o $\sum_{e=1-8}$, voltando a normalizar-se na escala 1-8 o resultado do somatório.
 - d. Ponderadores das áreas Educação=5; Saúde= 5; Habitação e outros=4; Justiça=4; Meios de subsistência=2.
 - e. Fórmula final para cada região:

$$\frac{\sum (w_i * I_a)}{\sum w_i} \Rightarrow \frac{5 * I_E + 5 I_S + 4 I_H + 4 I_J + 2 I_m}{5 + 5 + 4 + 4 + 2} \Rightarrow \text{Índice do acesso a DH na}$$

Com $w_i = 5, 5, 4, 4, 2$

$I_a =$ Educação, Saúde, Habitação e Outros, Justiça, Meios de Subsistencia

R = Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali, SAB

Tabela 14: Escalas por indicador

Indicador	Escala
1. Abandono escolar por sexo dos alunos, no final do ano letivo	1,2,3,4,5,6,7,8
2. Número de alunos por professor no início do ano letivo	1,2,3,4,5,6,7,8
3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico.	1,2,3,4,5,6,7,8
4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal	1,2,3,4,5,6,7,8
5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta	Σ custos e 1,2,3,4, 5,6,7,8
6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)	Σ custos e 1,2,3,4, 5,6,7,8
7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros	Σ custos e 1,2,3,4, 5,6,7,8
8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira)	Médico =3 Enfermagem =2 Parteira=1 Σ e 1,2,3,4, 5,6,7,8
9. Número de pessoas por quarto	1,2,3,4, 5,6,7,8
10. Número de casas onde se pode ver melhorias, em %	1,2,3,4, 5,6,7,8
11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar	Tradicionais=1 Tradicionais Melhorados=2 Com bomba a funcionar=3 Σ e 1,2,3,4, 5,6,7,8
12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar) em % das observadas	1,2,3,4, 5,6,7,8
13. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância	1,2,3,4, 5,6,7,8
14. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, cobertura, dormitório)	Boa = 1; Razoável = 2; Regular = 3; Má ou péssima = 4 Σ e 1,2,3,4, 5,6,7,8
15. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)	Tribunal = 1; Polícia = 2; Tradicional = 3; Σ e 1,2,3,4, 5,6,7,8